



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Processo nº: 43.240/06 (4 volumes)

Apensos nºs: 082.000.691/98, 082.015.734/99, 082.017.781/99,
082.019.884/99, 080.000.813/06, 080.009.541/05,
082.000.284/99, 082.001.991/99, 082.002.199/99,
082.002.774/99, 082.003.083/99, 082.004.572/99 e
082.013.692/99 (24 volumes)

Jurisditionada: Secretaria de Estado de Educação do DF – SE/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

Advogados: Dr. Emerson José de Almeida Santos (OAB/DF 3343), Dr. Rodrigo Pereira de Mello (OAB/DF 10.417) e Dr. Fabrício de Alencastro Gaertner (OAB/DF 25.322)

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 84, S.O. nº 4915, de 24.11.2016

Publicação: DODF nº 218, de 21.11.2016, pág. 14/15

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisões nºs 1.643/02-CAS e 5.766/03-CAS), para apurar responsabilidades por possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 115/98 firmado entre a jurisdicionada e a empresa AJL Engenharia e Construções Ltda., tendo por objeto a manutenção corretiva e preventiva de próprios urbanos e rurais, no período de set./1998 a set./2000, localizados nas Diretorias Regionais de Ensino de Taguatinga e Brazlândia. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 5.217/13-CPM). Apresentação de razões de defesa. PARECERES DIVERGENTES. A Instrução sugere a procedência parcial das respostas oferecidas e a cientificação dos responsáveis para que recolham o prejuízo apurado. O **Parquet** especializado discorda quanto ao valor a ressarcir e propõe a aplicação de multa. VOTO de acordo com o Corpo Técnico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (inciso III da Decisão nº 1.643/02-CAS e inciso I da Decisão nº 5.766/03-CAS)¹, para apurar responsabilidades por possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 115/98, firmado, em 21.9.1998, entre a Secretaria de Estado de Educação do DF e a empresa AJL Engenharia e Construções Ltda.

2. O ajuste teve por objeto a manutenção corretiva e preventiva de próprios urbanos e rurais da então Fundação Educacional, localizados na Regiões Administrativas de Taguatinga e Brazlândia (fls. 1430/1442 do Processo nº 082.000.691/98).

3. O valor total do contrato era de R\$ 1.200.000,00, com o prazo de vigência de 365 dias corridos.

4. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão de Tomada de Contas Especial apurou um prejuízo de R\$ 154.497,73 (valor original), pelo qual responsabilizou, solidariamente, a empresa AJL Engenharia e Construções Ltda. e seu representante legal, Sr. Jocires Maciel Pires (Relatório de TCE nº 155/2011-DIEXE II/SUTCE/STC, fls. 3230/3239 do Processo nº 082.000.691/98).

5. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas e acresceu ao rol de responsáveis as servidoras Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena e Tânia Maria Guirelli (Certificado de Auditoria nº 13/2012-CONTROLADORIA, fl. 3289 do Processo nº 082.000.691/98).

6. O Tribunal, na Sessão de 22.10.2013, exarou a Decisão nº

¹ **Decisão nº 1.643/02-CAS:** "(...) III. determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, com relação às demais obras não incluídas na mencionada amostra, instaure Tomadas de Contas Especiais, objetivando a identificação dos responsáveis e a apuração da totalidade do valor do dano causado ao Erário, especialmente em relação à emissão de atestados de recebimento e a autorização de serviços que não foram executados ou executados de modo mais oneroso, bem como a quantificação dos valores pagos indevidamente correspondentes a horas técnicas de engenheiros e de encarregados referentes a dias não úteis, uma para cada um dos Processos de nºs 082.000.691/98, 082.000.694/98, 082.000.695/98, 082.000.714/98 e 082.000.784/98;"

Decisão nº 5.766/03-CAS: "(...) 1) dar parcial provimento aos embargos para esclarecer que o item III da Decisão nº 3927/03, reformulando sua redação no sentido de determinar que a Secretaria de Educação instaure processo de TCE para apuração dos fatos, indicação de responsáveis e quantificação do dano, restando prejudicada a conversão efetuada pelo item II da Decisão nº 1643/02, em face dos argumentos trazidos pelos defendentes, que revelam a necessidade de aprofundamento nas apurações, o que torna imprescindível a realização de TCE;"



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



5.217/13 (fl. 218), **in verbis**:

DECISÃO Nº 5.217/2013 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial, em exame, objeto do Processo nº 082.000.691/1998; II. determinar, com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, e do art. 172 do RI/TCDF, a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 13 da Informação nº 191/13 (fl. 207) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa quanto às responsabilidades que lhes pesam nos autos em análise – Faturamento, recebimento e pagamento de obras não executadas, referentes ao Contrato nº 115/1998, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., conforme a Matriz de Responsabilização vista à fl. 202, ou, se preferirem, recolham, desde logo, aos cofres do Distrito Federal o débito solidário, no valor de R\$ 345.625,23 (trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos), o qual deverá ser atualizado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

7. Ato contínuo, foram apresentadas as seguintes razões de defesa:

a) de fls. 226/278, complementada posteriormente com os documentos de fls. 291/371, pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.;

b) de fls. 383/395 pelas Sr^{as}. Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena (membros da Comissão de Recebimento Definitivo);

c) de fls. 401/554 pelo Sr. Ademar Campos Aranha (executor do contrato).

8. Dada a complexidade e a tecnicidade da matéria, a Secretaria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



de Contas encaminhou os autos ao Núcleo de Fiscalização de Obras – NFO para emissão de pronunciamento (Informação nº 154/2015-SECONT/1ª DICONTE, fls. 557/559).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. O Núcleo de Fiscalização de Obras, por meio da Nota Técnica nº 11/16-NFO (fls. 572/615), de 31.8.2016, manifesta-se nos termos seguintes:

“I. Considerações iniciais

a. Histórico

4. Os autos foram autuados por força da Decisão nº 1643/2002, com redação dada pela Decisão nº 5766/2003, para apurar irregularidades na execução do Contrato de Manutenção Corretiva e Preventiva de Próprios Urbanos e Rurais da extinta Fundação Educacional/DF.

5. Foram instauradas TCEs nos Processos nºs 082.000.691/1998, 082.000.694/1998, 082.000.695/1998, 082.000.784/1998 e 080.032.412/2003. Estes autos tratam apenas da TCE objeto do Processo nº 082.000.691/98, relativo à Concorrência nº 03/1998, a qual corresponde às regionais de Taguatinga e Brasília.

6. A análise inicial desta TCE, Informação nº 191/2013-SECONT/1ªDICONTE, fls. 203/209, concordou com o entendimento manifestado pela Comissão Tomadora quanto ao valor do prejuízo apurado, à época, de R\$ 307.228,62 (base de 02/05/2011) e, de acordo com o Controle Interno, quanto aos responsáveis pelo dano ao erário distrital (Empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., Tania Maria Guirello, Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena e Ademir Campos Aranha). As sugestões decorrentes foram acolhidas pelo MPJTCDF no Parecer nº 1140/2013-DA, fls. 210/213, e pelo eg. Plenário, nos termos da Decisão nº 5217/2013, fls. 218.

7. Em cumprimento à referida decisão os responsáveis foram citados, fls. 219. A defesa da empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. está inserta às fls. 226/278, complementada com os documentos às fls. 291/362. Já o Sr. Ademir Campos Aranha juntou suas considerações às fls. 401/554. As Sras. Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, por meio de representante legal, juntaram as suas razões vistas às fls. 383/395.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

8. A Informação nº 154/2015 – SECONT/1ª DICONTE, datada 14/05/2015, sugeriu o encaminhamento dos autos a esta área técnica para análise dos argumentos apresentados pelos responsáveis citados no parágrafo anterior, o qual foi acatado pelo Secretário.

b. Análise Preliminar

9. Compulsando os autos, mais especificamente, o relatório de TCE nº 155/2011-DIEXE II/SUTCE/STC às fls. 3230/3239 do Processo nº 082.000.691/98 (o qual apontou o prejuízo a preços originais de R\$ 154.497,73, fls. 3237V do Processo nº 082.000.691/98, ou de R\$ 307.228,62, mesma folha, atualizado para 02/05/2011), verificou-se que o prejuízo deriva das inconsistências detectadas nas ordens de serviço resumidas na tabela seguinte:

Tabela 1 - Valor do Prejuízo por Ordem de Serviço

NÚMº da OS	VALOR da OS	DRE	UNIDADE ENSINO	Achado
022.9	28.640,60	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	552,4
022.20	45.484,64	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	1.800,91
024.19	15.054,24	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	2.059,20
169.09	25.113,19	BRZ	C.E 02	6.303,60
078.17	15.397,09	BRZ	C.E 03	758,91
024.39	7.145,50	BRZ	C.E. 1º Grau	2.382,14
169.10	8.194,98	BRZ	C.E.1 Gr INCRA 08	0
024.24	9.195,43	BRZ	C.E.1 Gr RODEADOR	345,6
022.2	36.651,22	BRZ	C.E.1 Gr RODEADOR	2.109,25
078.07	12.036,79	BRZ	CAIC BEM_J_ OLIVEIRA	1.560
024.27	34.842,30	BRZ	E.C. 03	3.886,48
024.28	31.227,54	BRZ	E.C. 06	0,00
022.10	9.096,80	BRZ	E.C. Almécegas	976,57
022.30	14.473,56	BRZ	E.C. Curralinho	1.236,60
024.42	5.761,20	BRZ	E.C. INCRA 07	0,00
078.15	17.549,76	BRZ	E.C. INCRA 09	6.609,45
024.30	4.203,97	BRZ	E.C. Polo Acríc Torre	0,00
024.23	71.561,77	BRZ	E. Normal	4.315,04
169.21	86.276,15	TAG	C.E 02	3.666,73
169.19	83.511,94	TAG	C.E 03	5.393,69
024.11	104.389,72	TAG	C.E 06	1.281,12
169.14	8.978,92	TAG	C.E 1º Grau 03	367,08
078.05	2.464,54	TAG	C.E 1º Grau 05	452,4
024.08	33.609,27	TAG	C.E 1º Grau 10	691,74
078.14	45.066,95	TAG	C.E 1º Grau 10	871,16
022.18	29.971,02	TAG	C.E 1º Grau 12	8.325,29
024.10	12.457,79	TAG	C.E 1º Grau 16	0
024.18	8.492,98	TAG	C.E Ave Branca	8.492,98
169.2	11.497,70	TAG	C. Interesc Linguas	740,77
078.10	14.236,98	TAG	E.C 01	1.642,50
022.1	13.462,18	TAG	E.C 06	9.029,10
022.21	37.939,50	TAG	E.C 06	2.536,92
024.01	107.618,21	TAG	E.C 06	0,00
024.40	20.078,98	TAG	E.C 06	8.100,27
022.16	26.473,40	TAG	E.C 15	2.895,80
169.01	54.895,84	TAG	E.C 15	1.338,43
169.02	58.284,86	TAG	E.C 17	2.071,00
078.02	14.570,77	TAG	E.C 18	3.196,03
024.03	16.154,66	TAG	E.C 19	7.553,38
024.04	12.197,99	TAG	C.E 23	2.570,33
024.05	18.108,60	TAG	C.E 24	2.615,49
022.33	14.649,06	TAG	C.E 27	345,6
024.06	65.353,75	TAG	C.E 29	19.313,10
078.20	6.864,80	TAG	C.E 30	6.864,80
169.17	13.331,75	TAG	C.E 30	4.050,00
024.16	38.921,33	TAG	C.E 41	3.003,54
024.43	41.329,48	TAG	C.E 46	6.578,67
078.11	10.317,01	TAG	C.E 50	0
022.15	4.391,42	TAG	C.E 53	0
024.37	30.519,88	TAG	Sec Méd Odontológ	3.300,06
078.13	70.495,21	TAG	Sec Méd Odontológ	2.313,60
TOTAL				154.497,73

10. Alguns desses achados basearam-se em depoimentos sobre



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

os fatos, como é o caso da construção do barracão e da utilização dos andaimes. Outros, a própria comissão já excluiu do relatório definitivo em decorrência da necessidade de exames mais apurados para sua caracterização (OS com valor nulo), como por exemplo o item zarcão. Para esse item (zarcão), embora a comissão tomadora tenha se proposto a retirá-lo, detectou-se ainda o seu registro em algumas ordens de serviço, sendo procedido, então, a sua exclusão nas respectivas.

11. Cabe lembrar que nesta fase a quantificação do dano deve ter bases sólidas, como é o caso das constatações baseadas em medidas, em vistorias. Embora os depoimentos indiquem algumas incorreções, o tempo transcorrido, sem citar outros fatores, trazem dúvidas sobre as ocorrências à época, o que induz a juízo mais conservador sobre as questões apontadas.

12. A mesma premissa foi adotada no Processo nº 43.266/2006, que trata de uma das TCEs abertas por determinação da Decisão nº 1643/2002, tendo sido acolhida por este Tribunal por meio da Decisão nº 3088/2013². Por isso, entende-se que o presente feito deve receber idêntico tratamento, ou seja, serão retiradas as irregularidades que se sustentem, exclusivamente, por depoimentos, assim como a relativa ao item “zarcão”.

13. A seguir, resumem-se as ordens de serviços e os respectivos valores que passaram por esse crivo, permanecendo, para análise mais detida, os valores que se encontram na coluna “Ajuste NFO”:

NÚMº da OS	VALOR da OS	DRE	UNIDADE ENSINO	Ajuste NFO
022.9	28.640,60	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	552,4
022.20	45.484,64	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	1.800,00
024.19	15.054,24	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	2.059,20
169.09	25.113,19	BRZ	C.E 02	6.303,60
024.39	7.145,50	BRZ	C.E. 1º Grau	2.382,14
024.27	34.842,30	BRZ	E.C. 03	732,88
024.23	71.561,77	BRZ	E. Normal	4.315,04
169.21	86.276,15	TAG	C.E 02	2.418,73
169.19	83.511,94	TAG	C.E 03	4.314,95
024.11	104.389,72	TAG	C.E 06	1.281,12
169.14	8.978,92	TAG	C.E 1º Grau 03	367,08
078.05	2.464,54	TAG	C.E 1º Grau 05	452,4
024.08	33.609,27	TAG	C.E 1º Grau 10	691,74
078.14	45.066,95	TAG	C.E 1º Grau 10	428,36
022.18	29.971,02	TAG	C.E 1º Grau 12	6.816,00
169.2	11.497,70	TAG	C. Interesc Línguas	740,77
078.10	14.236,98	TAG	E.C 01	1.642,50
022.1	13.462,18	TAG	E.C 06	9.029,10
022.21	37.939,50	TAG	E.C 06	2.536,92
024.40	20.078,98	TAG	E.C 06	8.100,27
022.16	26.473,40	TAG	E.C 15	344,80
169.01	54.895,84	TAG	E.C 15	1.338,43
169.02	58.284,86	TAG	E.C 17	2.071,00
024.03	16.154,66	TAG	E.C 19	7.553,38
024.04	12.197,99	TAG	C.E 23	2.570,33
024.05	18.108,60	TAG	C.E 24	2.615,49
022.33	14.649,06	TAG	C.E 27	345,6
024.06	65.353,75	TAG	C.E 29	880,34
078.20	6.864,80	TAG	C.E 30	6.864,80
169.17	13.331,75	TAG	C.E 30	4.050,00
024.16	38.921,33	TAG	C.E 41	3.003,54
024.43	41.329,48	TAG	C.E 46	90,31
024.37	30.519,88	TAG	Seq. Méd. Odontológ	3.300,06
078.13	70.495,21	TAG	Seq. Méd. Odontológ	753,60
TOTAL				92.746,88

² O voto condutor da Decisão nº 3088/2013 considerou os argumentos e as proposições sugeridas pela equipe técnica deste Tribunal, Informação nº 126/2013 – SECONT/2ªDICON. Essa informação propõe a desconsideração dos achados que se baseiem apenas em depoimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

14. Esse valor (R\$ 92.746,88), se comparado ao valor inicialmente estimado para prejuízo (R\$ 154.497,73), representa cerca de 60,03% do valor apurado. Assim, mesmo que os depoimentos indiquem algumas incorreções, o trabalho realizado pela Comissão Tomadora foi estruturado em levantamentos de campo, dando mais consistência ao prejuízo apontado.

15. Por fim, para a análise das defesas, foram consideradas as alegações que estavam diretamente relacionadas às ordens de serviço remanescentes, constantes da Tabela 2. Ademais, observa-se que somente a Empresa AJL e o Sr. Ademar levantaram pontos relativos a tópicos de engenharia. Por esta razão, somente as considerações dessas duas partes foram objeto de análise por meio desta nota técnica.

II. Análise

16. A referência das razões de justificativa da empresa AJL e do Sr. Ademar, para cada ordem de serviço, consta na tabela abaixo. Frisa-se que algumas dessas ordens de serviços não foram objeto de análise por não passarem no crivo inicial, conforme já exposto.

Manifestação dos Responsáveis - Processo 43240/2006		
OS	Sr. Ademar	Empresa AJL
	fls.	fls.
22.9	403/404	246
22.2	405/406	247
24.19	406/407	
24.35	407/408	
169.09	409/411	248-296/297
78.17	412	294/295
24.39	413/414	249
169.1	415/417	
22.5	415/417	250
24.24	418/419	298/299
22.2	419/422	300/302
78.07	423	303/304
169.11	423/425	
24.27	426/430	251/252
24.28	431/432	
22.1	432	305/306 -
22.3	433	
24.42	434/436	243 - 307/309
78.15	437/440	253/254
24.30	441/443	255/257
24.23	444/446	258
169.21	447/451	
78.18	452/453	259/260
169.19	454/456	261
169.04	457/458	
24.11	459/464	
169.14	465/466	264
78.05	467/469	265
78.14	470/471	
24.08	472/479	310/312
22.18	480/481	313/314
24.10	482/483	315/316
22.4	483/484	
24.18	484/485	317/318
22.13	485/487	
22.6	486/487	
169.2	488/489	319/320
78.1	490/491	266
24.01	492/493	330/332
22.1	494	321/323 263/263 269/270
24.4	495/496	324/326
22.21	496/497	
169.01	497/499	332/334 - 267
22.16	500/501	
169.02	502/503	335/337
78.01	503/504	268
78.02	505/509	271/273
24.03	510/513	274/276
24.04	514/516	338/340
24.05	517/520	341/342
78.2	521/525	
169.17	522/525	349/351
22.33	526/526-A	343/344
24.06	526-A/529	345/348
23.38	530/531	
24.16	532/535	352/354 - 278
24.43	536/538	355/356
78.11	539/541	357/358
22.15	540/541	359/360
24.37	541/542	361/362
78.13/24.37	543/548	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

17. A fim de facilitar a análise empreendida, os subtópicos a seguir foram divididos em três grupos de análise. O primeiro trata das ordens de serviços que as irregularidades foram reconhecidas por pelo menos um dos responsáveis, estando associadas ou não a declarações vagas; o segundo grupo trata das ordens de serviços que têm questionamentos quanto às quantidades apuradas pela comissão de tomada de contas especial; o terceiro refere-se à avaliação dos serviços executados pela firma AJL a título de reparação dos prejuízos apurados.

a. Ordens de serviço reconhecidas pelo envolvidos

18. As ordens de serviço 169.19 (fls. 3022 do Processo nº 082.000.691/98), 78.05 (fls. 3029 do Processo nº 082.000.691/98), 22.21 (fls. 3048 do Processo nº 082.000.691/98), 22.16 (fls. 3052 do Processo nº 082.000.691/98), 78.20 (fls. 3069 do Processo nº 082.000.691/98), 78.13 (fls. 3079 do Processo nº 082.000.691/98) e 22.33 (fls. 3064 do Processo nº 082.000.691/98) apresentam manifestação do Sr. Ademar, fiscal do contrato, no sentido de confirmar os itens questionados pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, ocorrendo fato similar, para a última OS, nas alegações da empresa executora.

19. Observa-se também que essas mesmas ordens de serviço, com exceção da última citada, não contêm qualquer questionamento por parte da empresa executora do contrato no sentido de elidir o prejuízo imputado às partes. Entretanto, para as ordens de serviço 169.19 e 78.05, consta a declaração que relaciona serviços executados por parte da empresa AJL a título de reparação dos prejuízos identificados. Esses serviços foram objeto de análise no tópico “II.c. Serviços Executados a título de reparação”.

20. Já as ordens de serviços 24.05 (fls. 3063 do Processo nº 082.000.691/98) e 22.1 (fls. 3047 do Processo nº 082.000.691/98), a empresa AJL faz alegações não fundamentadas³ que não refutam de forma contundente as quantidades apontadas como irregulares pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE. Além disso, as constatações da comissão, para esses dois serviços, contam com referendo da fiscalização do contrato. Assim, opta-se por manter os apontamentos da comissão de tomadas de contas especial.

21. Dadas essas considerações, o resumo do prejuízo neste subtópico de irregularidades reconhecidas, incluído BDI, é detalhado na tabela a seguir:

³ As afirmativas da empresa são: “existe controvérsia quanto a área de impermeabilização” e “o primeiro levantamento 23/06/2011 a diferença era de 100,56m² e na segunda visita foi apontado uma diferença de 173,29m²”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
Total	27.257,66

b. OS com diferenças quanto à quantidade**i. OS 022.9 (fls. 1725 do Processo nº 082.000.691/98)****1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.9	1718/1725	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	85,54
		5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	330,00
		19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	44,8
		TOTAL		460,34
		BDI(20%)		92,07
		TOTAL GERAL		552,41

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 403/404)

22. O Sr. Ademar assevera que a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE não contabilizou todos os pontos referentes aos itens 5.1.1 (remanejamento de luminária) e 5.2.2 (remanejamento de ponto sanitário). Para o primeiro item, não foram considerados os pontos ao lado da biblioteca, como luminárias e tomadas. Já para o segundo não levaram em consideração os 8 vasos sanitários, as 6 pias, os 6 ralos e um tanque que também são objetos de manutenção.

3. Manifestação da AJL (fls. 227/278)

23. A empresa expõe que ocorreu erro de interpretação quanto ao termo remanejamento de um equipamento elétrico. Segundo a empresa, não se trata apenas da retirada de um equipamento e a colocação em outro ponto diferente. O item remunera a mão de obra dos serviços de revisão dos aparelhos elétricos (fls. 230).

24. Além disso, a AJL afirma que é um absurdo a Comissão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

Tomadas de Contas Especial – CTCE ter apontado a ausência de limpeza dos reservatórios, das calhas, da cobertura e do telhado. Caso tal fato tivesse ocorrido, as descidas de água estariam entupidas (fls. 230).

4. Análise TCDF

25. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la considerando que existe item específico na planilha contratual para medição das tomadas (item 5.1.3), conforme fls. 953 do Processo nº 082.000.691/98.

26. Ademais, em vistoria de retorno, fls. 2985/2986 do Processo nº 082.000.691/98, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, acompanhada do fiscal e de representante da empresa executora, não verificou divergências quanto aos levantamentos preliminares, tanto para os itens de remanejamento de luminária como de instalação hidráulica, embora tenha revisto o quantitativo relativo ao item 19.7 (limpeza de cobertura e calhas), presente na mesma ordem de serviço, a partir das justificativas das partes.

27. Cabe ainda destacar que os profissionais que executaram os levantamentos detêm o devido conhecimento técnico⁴. Assim, não é razoável achar que passaram despercebidos os pontos destacados pelo fiscal, até porque a CTCE, ao levantar os quantitativos, de forma conservadora, registrou todos os pontos passíveis de intervenção, conforme se depreende do termo de achado às fls. 2986 do Processo nº 082.000.691/98.

28. Sobre a alegação da empresa AJL, essa não tem nenhuma relação com os fatos abordados pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE. A discrepância detectada em relação ao item 19.7 incide sobre os quantitativos dele e não sobre a execução do serviço. Por isso, cabe recusar as considerações da empresa AJL.

29. Assim, sem elementos que possam desconstituir as irregularidades, mantêm-se as constatações indicadas pela Comissão, resultando na manutenção do prejuízo referente a essa OS de R\$ 552,41.

ii. OS 022.20 (fls. 1810 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidades

⁴ A comissão de Tomada de Contas Especial foi assessorada pelos servidores André Lara Campos Guimarães, Marco Antônio Teles Ferreira de Menezes e Flávia Gonçalves Perrota, todos arquitetos, designados pela Ordem de Serviço nº 1, datada de 16/05/2007, juntada aos autos às fls. 2673 do Processo nº 082.000.691/1998. Esses servidores foram responsáveis pela quantificação dos prejuízos apurados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	360
		TOTAL		1500,76
		BDI(20%)		300,15
		TOTAL GERAL		1800,91

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 405/406)

30. O Sr. Ademar alega que existem 21 pontos na biblioteca para manutenção, tendo sido executados 19 pontos nessa ordem de serviço. Acrescenta que “se pode remover a peça do local para a limpeza e recolocá-lo novamente no local. Portanto, não houve duplicidade de cobrança”.

31. Com relação à inadequação do armário, afirma que o instalado de fato era de laminado melamínico, cujo valor é maior do que o especificado.

32. Afirma também que foram construídos dois reservatórios de 500 l (item 249), o que totaliza 1000 l. Assim, a AJL executou a mais o valor de R\$ 360,00.

3. Manifestação da AJL (fls. 247)

33. A empresa juntou aos autos uma declaração, fls. 247, que afirma que existe um reservatório de 1000 l instalado na Biblioteca Setorial de Brazlândia.

4. Análise TCDF

34. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la quanto ao item 5.2.2, considerando que o termo de achado, fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98, elaborado a partir da vistoria de retorno com a presença tanto do fiscal quanto de representante da empresa AJL, acrescentou, em relação ao levantamento inicial, apenas três pontos passíveis de intervenção, ou seja, com base nas justificativas das partes, só foram identificados três pontos adicionais. Observa-se que tal procedimento é conservador, já que contabiliza todos os pontos passíveis de manutenção.

35. Com relação ao armário (item 18.7), a previsão na planilha contratual, fls. 1088 do Processo nº 082.000.691/98, já era a instalação de um armário em laminado melamínico cuja remuneração é a área. Assim, não procede a manifestação da fiscalização.

36. Já quanto ao reservatório, item 249, nota-se uma incongruência entre a afirmação da fiscalização e a da Empresa AJL. Ademais,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

como já apontado, durante a vistoria de retorno não se observou a instalação de um reservatório de 1000 l ou mesmo de dois de 500 l, mas apenas um de 500 l, conforme fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98. Por isso, recusa-se a alegação da fiscalização.

37. Entretanto, para esse item, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por julgar incompatível com a especificação, optou por desconsiderar a sua execução completamente. Conforme já exposto, essa fase processual busca determinar os valores de prejuízo de forma inequívoca. Desta maneira, apurou-se o custo unitário do reservatório executado, a partir da relação entre os custos de um reservatório 1000 l e 500 l, o que se apresenta a seguir:

Sinapi- Dezembro/2004		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	98,01	2,08152
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	204,01	
Sinapi- Dezembro/2007		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	104,84	2,08165
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	218,24	
Sinapi- Dezembro/2010		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	116,00	2,08155
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	241,46	

38. Esse procedimento foi necessário devido à dificuldade em determinar o custo unitário do insumo para a data base que remonta ao ano de 1998, assim como pela inexistência de previsão na planilha orçamentária de reservatório com tal especificação (500 l). Nota-se que o coeficiente apresentou insignificante alteração entre os períodos, o que valida essa metodologia.

39. Assim, o custo unitário do reservatório de 500 l, com base no coeficiente médio de 2,081574081, pode ser estimado em R\$ 172,94, de forma que o prejuízo decorrente deste item é a diferença entre o valor de R\$ 360,00 previsto na OS e a estimativa antes obtida, resultando em débito de R\$ 187,06.

40. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 1.593,38, conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	187,06
		TOTAL		1327,82
		BDI(20%)		265,56
		TOTAL GERAL		1593,38



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

iii. OS 169.21 (fls. 3019 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.21	3019	101	CAIXAS TELEFONE	1350
		127	DISJUNTORES 25A	617,61
		129	DISJUNTORES 40A	48
		TOTAL		2015,61
		BDI(20%)		403,12
		TOTAL GERAL		2418,73

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 447/451)

41. O Sr. Ademar confirma a irregularidade do item 101. Entretanto, para os itens 127 e 129, ele sugere que a diferença de quantidade encontrada para os itens pode ser oriunda da falta de contabilização em alguma sala ou em algum laboratório da escola, sem precisar qual. Por fim, junta declaração, fls. 451, dos serviços executados pela Empresa AJL, a título de compensação do prejuízo, cujos valores totalizam R\$ 3.213,48.

3. Manifestação da AJL

42. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

43. O achado do item 101 confirmado pela fiscalização não será objeto de análise por não ter sido refutado pela própria fiscalização da obra (nas alegações do Sr. Ademar). Com relação aos disjuntores, itens 127 e 129, os elementos trazidos pela fiscalização, embora procurem apontar alguma fragilidade no levantamento de quantitativos, não trazem elementos enfáticos que desqualificassem peremptoriamente os levantamentos da Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por isso torna-se temerário não adotar a medida da comissão para o cálculo do prejuízo referente a esses itens, permanecendo inalteradas as discrepâncias identificadas.

44. Dessa forma, o prejuízo se mantém no patamar indicado inicialmente no relatório da comissão de TCE, no valor de R\$ 2.418,73.

iv. OS 169.09 (fls. 2991 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidades**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.09	1510/1515	12	FECHADURAS	3.840,00
		203 e 204	LÂMPADA DE 400W	1.413,00
		TOTAL		5.253,00
		BDI(20%)		1050,60
		TOTAL GERAL		6303,60

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 409/411)

45. O fiscal alega que não é possível afirmar que não foram trocadas as fechaduras, uma vez que é comum a depredação das escolas públicas (item 12). Afirma também que as lâmpadas de 400 W (itens 203 e 204) foram instaladas na quadra antiga da escola.

3. Manifestação da AJL (fls. 248 e 296/297)

46. “O remanejamento não se refere à retirada de material e sua instalação. A retirada é necessária para revisão das condições e substituições dos quantitativos defeituosos e posterior reinstalação, esta operação é executada tanto para luminárias como para tomadas elétricas. ”

4. Análise TCDF

47. Em vistoria, com a presença do fiscal e de representante da empresa, foi consignado no termo de declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98, que as fechaduras (item 12) não foram trocadas, inclusive com o registro de aquiescência da fiscalização.

48. Em relação às lâmpadas de 400 W (item 203 e 204), nesse mesmo ato, foi reduzido o superfaturamento por quantidade com base nas justificativas apresentadas por ambos os responsáveis. A comissão de tomada de contas, inclusive, de modo conservador, considerou o número máximo de lâmpadas que podiam ser trocadas, conforme consta na declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98.

49. Pelo exposto, não é possível acatar as razões das partes, mantendo-se o prejuízo em R\$ 6.303,60.

v. OS 24.19 (fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.19	2352/2356	16.11	PINTURA SOBRE TETO SEM MASSA	1.716
		TOTAL		1716
		BDI(20%)		343,2
		TOTAL GERAL		2059,2

50. O achado é eventual pagamento em duplicidade, uma vez que a equipe de vistoria identificou que o serviço antes indicado e constante desta OS já havia sido incluído na OS 022.90.

Manifestação do Sr. Ademar (fls. 406/407)

51. O fiscal assevera que: “Nesta OS, a equipe desconsiderou totalmente os serviços. Pois bem, na OS 022.9, no item 10.22 – Pacote (remanejamento/recuperação), foi executado 48,00, e não 429 m² como consta na OS 024.19, cujos serviços foram executados para a pintura do forro, o que a equipe da Corregedoria não constatou. Nesta O.S 024.19 consta o item 10.23 – Perfil metálico p/ sustentação de forro 484 m que não foi relacionado na OS 022.90. Para a execução de serviços de pintura em forro tipo pacote e pintura nos perfis metálicos, há necessidade de remover o forro do local para a efetivação dos serviços. Portanto não houve a cobrança em duplicidade conforme alega a equipe.”

3. Manifestação da AJL

52. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

53. Antes de adentrar à análise da justificativa, cabe detalhar sucintamente o procedimento adotado pela Comissão de TCE para apuração das irregularidades. Num primeiro momento, os assessores técnicos dirigiam-se às unidades escolares onde procediam as averiguações. Constatando alguma incongruência, geravam um termo de achado. Em seguida, com a participação das partes envolvidas (fiscal e empresa executora), eram realizadas novas vistorias com a finalidade de elucidar os levantamentos iniciais, sendo elaborado, nesta etapa, a partir das informações prestadas, uma declaração de vistoria e um novo termo de achado.

54. Seguindo para análise da defesa, as alegações da fiscalização não estão diretamente relacionadas às irregularidades apuradas pela CTCE, uma vez que citam os itens 10.22 e 10.23, cujos serviços não estão elencados no termo de vistoria “final”, fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98. Além disso, quando discorre sobre os serviços de pintura do forro (item 16.11), único item relacionado com o achado, argumenta apenas que é necessário remover o forro do local para executar a pintura. Isso em nada suprime a impropriedade, já que o ponto questionado é a duplicidade do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

serviço de pintura do forro.

55. Ademais, no termo da OS 22.90, fls. 1722 do Processo nº 082.000.691/98, consta o item 16.11 com uma quantidade de 491 m². Já a OS 24.19, fls. 2355 do Processo nº 082.000.691/98, contém o mesmo item com uma quantidade de 429 m². Ambas as ordens de serviços têm como local de execução dos serviços a biblioteca setorial de Brazlândia, fls. 1720/1724 e 2354/2355 do Processo nº 082.000.691/98. Infere-se, então, que se trata dos mesmos serviços.

56. Corroborando com o registro do parágrafo anterior, após a vistoria que contou com a participação do fiscal e de representante da empresa, fls. 2985 do Processo nº 082.000.691/98, persistiram as diferenças de quantidades para o item 16.11 (pintura do forro).

57. Assim, a alegação da fiscalização não procede, cabendo o prejuízo identificado pela comissão de R\$ 2.059,20.

vi. OS 24.39 (fls. 2994 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.39	2490/2495	5.4.13	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	184,68
		258	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	1800,44
		TOTAL		1985,12
		BDI(20%)		397,02
		TOTAL GERAL		2382,14

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 413/414)

58. O fiscal alega que a OS 24.39 não tem no seu escopo a execução dos serviços de remanejamento de luminária e ponto sanitário, por isso o valor registrado no termo de achado como prejuízo é nulo.

3. Manifestação da AJL (fls. 249)

59. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.

4. Análise TCDF

60. Compulsando os autos, verifica-se que se trata de um equívoco na descrição dos itens da tabela de composição do achado, fls. 2994 do Processo nº 082.000.691/98. Isso não afeta a defesa dos responsáveis devido ao detalhamento das inconsistências detectadas serem apresentadas em tópico que precede a tabela. Por isso, julga-se improcedente a manifestação do Sr. Ademar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

61. Quanto aos serviços executados, esses foram objeto de análise no tópico “II.c. Serviços Executados a título de reparação”.

vii. OS 24.27 (fls. 3005 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	201,24
		TOTAL		610,74
		BDI(20%)		122,15
		TOTAL GERAL		732,89

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 426/430)

62. Alega que a diferença encontrada para a área da bancada (item 18.10) encontra-se em outra sala onde os servidores usam como uma pequena cozinha. Quanto ao item 418, afirma que este foi glosado no valor completo, embora o serviço tenha sido executado em quase a sua totalidade.

3. Manifestação da AJL (fls. 252)

63. Juntou declaração que faz menção ao item 18.10, relacionado à bancada de granito, cuja execução, segundo o declarante, contemplou serviços tanto na cozinha como na copa.

4. Análise TCDF

64. O Sr. Ademar e Empresa AJL não apresentam provas que ocorreu a execução da diferença do item 18.10 em outro local, como por exemplo uma nota fiscal da compra do material.

65. Ademais, nas fls. 3003 do Processo nº 082.000.691/98 está registrado na declaração de vistoria que, mesmo após novas medidas, a partir dos esclarecimentos dos responsáveis, ainda persistiram as diferenças detectadas inicialmente pela comissão de TCE.

66. Já quanto ao item 418, procedem em parte os argumentos trazidos pelo fiscal. A comissão de TCE realmente desconsidera em sua totalidade o item por não coincidir o executado com o especificado. Para apurar os custos incorridos, será feita a transformação do custo unitário do tanque por unidade (R\$/unidade) para custo unitário por unidade de área (R\$/m²).

67. O custo unitário do tanque por unidade de área, considerando as dimensões especificadas (1,2 X 0,6 m), é R\$ 279,50/m². Assim, o prejuízo identificado a partir da diferença entre as áreas, para o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

item, é de R\$ 75,47.

68. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 581,96, conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	75,47
		TOTAL		484,97
		BDI(20%)		96,99
		TOTAL GERAL		581,96

viii. OS 24.23 (fls. 3017 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	101,74
		18.10	ALAMBRADO	587,83
		TOTAL		3595,87
		BDI(20%)		719,17
		TOTAL GERAL		4315,04

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 444/446)

69. Para o item 7.10, o fiscal apresenta memória de cálculo, que, segundo ele, totaliza uma quantidade de 1.111,44 m². Acrescenta que os itens 16.22 e 18.14 não puderam ser reavaliados, uma vez que as estruturas foram retiradas do local.

3. Manifestação da AJL (fls. 258)

70. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.

4. Análise TCDF

71. Estranha-se essas novas quantidades apontadas pela fiscalização para o item 7.10, já que na declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, consta a concordância tanto do Sr. Ademar (fiscal do contrato) como do Sr. João Batista (representante da firma executora) quanto às divergências identificadas pela comissão de TCE.

72. Em relação aos itens 16.22, 18.14 e 18.10, verifica-se na mesma declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, que as estruturas já haviam sido retiradas naquele momento. Assim, para não prejudicar o contraditório e a ampla defesa dos responsáveis, opta-se por retirar os valores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

apontados para esses dois itens.

73. Assim, o prejuízo apurado para a OS 24.23 é de R\$ 3.487,56,
78.14 conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	0
		18.10	ALAMBRADO	0
		TOTAL		2906,3
		BDI(20%)		581,26
		TOTAL GERAL		3487,56

ix. OS 24.11 (fls. 3026 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.11	2294/2302	204	LÂMPADAS	1067,6
		TOTAL		1067,6
		BDI(20%)		213,52
		TOTAL GERAL		1281,12

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 459/464)

74. O fiscal junta aos autos uma planilha de compensação produzida durante o processo de recebimento definitivo das obras da escola, fls. 460, que resultou em um valor de R\$ 19,14 a favor da Secretaria de Educação.

75. Além disso, juntou uma declaração e uma planilha que detalha serviços executados pela firma AJL, em 2011, os quais reparam os prejuízos detectados pela comissão de tomada de contas.

3. Manifestação da AJL

76. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

77. A consideração apresentada pela fiscalização apenas confirma o achado. Quanto aos serviços executados a título de reparação dos prejuízos detectados, esse ponto será detalhado no tópico seguinte.

x. OS 78.14 (fls. 3032 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.14	3032	15.3	DEMOLIÇÃO PISO	20,08
		15.16	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO	8,14
		15.27	POSIO CERÂMICO	328,75
		TOTAL		356,97
		BDI(20%)		71,39
		TOTAL GERAL		428,36

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 474/479)

78. O Sr. Ademar apresenta planilha de compensação elaborada pela comissão de recebimento definitivo, fls. 475. Por meio dessa planilha, é possível verificar que os itens 15.3, 15.16 e 15.27 não foram executados completamente pela firma, sendo substituídos por outros serviços, fls. 478.

3. Manifestação da AJL

79. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

80. As alegações apresentadas pela fiscalização não procedem, já que as quantidades não executadas, para os serviços ora questionados, foram consideradas pela comissão de TCE, conforme depreende-se do termo de achado às fls. 3032 do Processo 082.000.691/98. Dessa forma, o prejuízo referente a este OS permanece o mesmo, de R\$ 428,36.

xi. OS 169.02 (fls. 3055 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.02	3055	5.1.1	REVESTIMENTOS	1.725,83
		TOTAL		1725,83
		BDI(20%)		345,17
		TOTAL GERAL		2071,00

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 488/489)

81. O Sr. Ademar afirma que, em levantamento realizado por ele, o total de forro executado foi 905,39 m², sem apresentar maiores detalhes.

3. Manifestação da AJL

82. Confirmou o achado, declarando, fls. 336, que “procedemos com levantamento do forro colocado na escola e constatamos a diferença constante da vistoria no total de R\$ 2071,00”.

4. Análise TCDF

83. Como não foram apresentados elementos avaliativos e um dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

acusados confirma o prejuízo (empresa AJL), cabe manter inalterado o achado, representando um prejuízo de R\$ 2.071,00.

xii. OS 24.06 (fls. 3065/3066 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.06	3066	15	PAVIMENTAÇÃO	733,62
		TOTAL		733,62
		BDI(20%)		146,724
		TOTAL GERAL		880,344

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 526-verso/529)

84. O Sr. Ademar afirma que as diferenças observadas foram executadas por meio de compensação de serviços cuja planilha às fls. 529 demonstra as quantidades não executadas por serviço e quais serviços foram acrescidos no seu lugar.

3. Manifestação da AJL (fls. 345/348)

85. A empresa assevera que a planilha de compensação, produzida durante o processo de recebimento definitivo, corresponde o acréscimo de serviços em valores aos não executados desta OS. Além disso, questiona quem executou, em 2003, parte dos serviços questionados pela comissão de TCE. Por fim, junta planilha de compensação de serviços executados.

4. Análise TCDF

86. Tanto a declaração de vistoria, fls. 3065 do Processo nº 082.000.691/98, como o termo de achado, fls. 3066 do Processo nº 082.000.691/98, registram que os dados da planilha de compensação foram levados em consideração na apuração das irregularidades. Entretanto, ainda permaneceram algumas discrepâncias quantos aos quantitativos inicialmente levantados, conforme fls. 2262 do Processo nº 082.000.691/98.

87. Quanto ao questionamento apresentado pela empresa AJL sobre quem executou os serviços em 2003, como os itens que estão relacionados a essa declaração não passaram no crivo inicial, essa argumentação perdeu objeto.

88. Assim, na ausência de elementos de prova mais contundentes, julgam-se improcedentes os argumentos postos pelas partes, mantendo-se o prejuízo apontado pela comissão de R\$ 880,34.

xiii. OS 22.18 (fls. 3034 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.2 (fls. 3043 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 24.40 (fls. 3050 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 169.01 (fls. 3053 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.04 (fls. 3061 do Processo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

nº 082.000.691/98), OS 169.17 (fls. 3070 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.16 (fls. 3073 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.43 (fls. 3075 do Processo nº 082.000.691/98) e 24.37 (fls. 3079 do Processo nº 082.000.691/98).

1. Irregularidade

89. A irregularidade referente a essas OS's está resumida nas tabelas a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.18	1788/1795	2.5.1	ANDAIMES	0
		5.3.1	CANALETAS DE CONCRETO SEM	0
		5.3.9	GRELHAS DE CONCRETO	5680
		TOTAL		5680
		BDI(20%)		1136,00
		TOTAL GERAL		6816,00

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.2	1579/1586	17.3	MANTA ASFÁLTICA	469,56
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	63,15
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	84,6
		TOTAL		617,31
		BDI(20%)		123,46
		TOTAL GERAL		740,77

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.40	2496/2502	10.5 E 10.18	REMOÇÃO DE FORRO ANTIGO + FORRO PVC	6.750,23
		TOTAL		6750,23
		BDI(20%)		1350,05
		TOTAL GERAL		8100,28

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.01	1449/1456	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	696,54
		11.17	RODATETO	418,82
		TOTAL		1115,36
		BDI(20%)		223,07
		TOTAL GERAL		1338,43

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.04	2249/2253	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.141,94
		TOTAL		2141,94
		BDI(20%)		428,39
		TOTAL GERAL		2570,33



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.17	1560/1565	17.1	IMPERMEABILIZAÇÃO POR CRISTALIZAÇÃO	2.015,93
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	1.124,07
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	235,00
		TOTAL		3375,00
		BDI(20%)		675,00
		TOTAL GERAL		4050,00

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.16	2334/2340	4.1.6	CONCRETO	975,29
		7.7	ALVENARIA DE TIJOLO	1.527,66
		TOTAL		2502,95
		BDI(20%)		500,59
		TOTAL GERAL		3003,54

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.43	2527/2537	5.2.1	REMANEJAMENTO DE PONTO HIDRÁULICO	0
		7	PAREDES	0
		9.5.5	RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIA	0,00
		16.6 e 16.13	MASSA CORRIDA E PINTURA ACRÍLICA	75,26
		423	CHUVEIRO DUCHA CROMADO	0
		TOTAL		75,26
		BDI(20%)		15,05
		TOTAL GERAL		90,31

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.37		2.2	ALVENARIA	971,55
		7.7	AZULEJO	821,87
		10.10	CONTRAPISO	443,85
		15.15	PISO RÚSTICO	512,78
		TOTAL		2750,05
		BDI(20%)		550,01
		TOTAL GERAL		3300,06

2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Xx/xx)

90. Basicamente, os responsáveis alegam que não foram considerados determinados elementos durante os levantamentos executados pela comissão de tomada de contas ou juntam aos autos planilha/declaração com o detalhamento de serviços executados pela empresa AJL a título de reparação dos prejuízos detectados.

3. Análise TCDF

91. Estranha-se o registro de diversas omissões nesta fase processual, já que foi oportunizado a ambos os responsáveis, após as constatações verificadas pela comissão de TCE, a realização, juntamente com essa comissão, de uma nova vistoria nos locais em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

que foram identificadas irregularidades. Essa nova vistoria não foi realizada, portanto, esses pontos não foram elididos.

92. Cabe destacar que muitas das justificativas apresentadas pelos responsáveis foram acatadas pela comissão de TCE, inclusive com a exclusão de irregularidades detectadas.

93. Assim, considerando que, neste momento, proceder novos levantamentos seria infrutífero, tendo em vista o lapso temporal de mais 16 anos, opta-se por considerar válidas as constatações registradas pela comissão de TCE para os serviços desse tópico, já que foi concedido a ambas as partes a oportunidade de questioná-las.

94. Com relação aos serviços executados pela empresa AJL com a finalidade de reparar os prejuízos, esses foram objeto de análise no tópico “II.c. Serviços Executados a título de reparação”.

xiv. OS 169.14 (fls. 3028 do Processo nº 082.000.691/98), OS 78.10 (fls. 3045 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 24.03 (fls. 3060 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.08 (fls. 3031 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.14	1540/1546	19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	305,9
		TOTAL		305,9
		BDI(20%)		61,18
		TOTAL GERAL		367,08

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.1	2103/2107	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	1368,75
		TOTAL		1368,75
		BDI(20%)		273,75
		TOTAL GERAL		1642,5

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.03	2242/2247	8.21	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO	2.210
		13.1, 13.3 e 13.5	RETIRADA/ REPOSIÇÃO DE VIDROS	1.053,77
		9.5.5	ESQUADRIAS	3.030,72
		TOTAL		6.294,49
		BDI(20%)		1258,90
		TOTAL GERAL		7553,39

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.08	2279/2286	10.18	FORRO DE PVC	576,45
		TOTAL		576,45
		BDI(20%)		115,29
		TOTAL GERAL		691,74



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Indicadas na tabela à fl. 576)

95. Para essas ordens de serviços, a empresa AJL ora apresentou declarações de servidores que afirmam a execução dos serviços, ora juntou planilha de compensação pretérita ao recebimento definitivo, ambos relativos aos serviços questionados.

96. Já o Sr. Ademar, nas suas considerações, partiu para a indicação dos pontos que foram omitidos pela comissão de TCE, juntando também aos autos planilha de compensação de serviços realizados antes do recebimento definitivo.

3. Análise TCDF

97. Diferentemente do ocorrido no tópico anterior, as omissões apontadas pela fiscalização foram levantadas pela comissão de TCE e registradas na declaração de vistoria como dúvidas quanto ao seu escopo estar ou não contemplado na ordem de serviço.

98. Além disso, a planilha juntada aos autos pela fiscalização e pela empresa AJL indicou quantidades não executadas compatíveis com as diferenças levantadas pela comissão de TCE.

99. Assim, considerando que essa fase processual busca apurar os valores de forma inequívoca imputados aos responsáveis, julgam-se superados os achados levantados nessas ordens de serviço.

100. O resumo do prejuízo, incluído BDI, para os itens desse tópico é detalhado na tabela a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2418,73
169.02	2071
169.09	6303,6
24.37	3300,06
022.9	552,4
022.2	1593,38
24.19	2059,2
24.39	2382,14
24.27	581,96
24.23	3487,56
24.11	1281,12
78.14	428,36
22.18	6816,00
169.2	740,77
24.4	8100,27
169.01	1338,43
24.04	2570,33
169.17	4050
24.16	3003,54
24.43	90,31
24.06	880,344
Total	54.049,50

101. Já considerando a análise da primeira e da segunda parte desta nota técnica, o resumo do prejuízo, incluído BDI, é o que segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2.418,73
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
169.02	2.071,00
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
169.09	6.303,60
24.37	3.300,06
022.9	552,40
022.2	1.593,38
24.19	2.059,20
24.39	2.382,14
24.27	581,96
24.23	3.487,56
24.11	1.281,12
78.14	428,36
22.18	6.816,00
169.2	740,77
24.4	8.100,27
169.01	1.338,43
24.04	2.570,33
169.17	4.050,00
24.16	3.003,54
24.43	90,31
24.06	880,34
Total	81.307,16

c. Serviços Executados a título de reparação

102. Os responsáveis apresentam em diversos pontos das suas justificativas planilhas com discriminação de serviços executados pela empresa executora do contrato (AJL), a título de reparação dos prejuízos apurados pela comissão de TCE.

103. A execução de obras complementares com o intuito de recompor os prejuízos detectados, embora a princípio transpareça uma forma de ressarcimento, na verdade, representa uma prática que pode lesar o erário.

104. Isso porque tanto as obras como os serviços são auditados a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

partir de uma amostra, o que já reduz a identificação de ilegalidades que, mesmo constatadas, poderiam ser compensadas. Acrescenta-se também que isso se assemelha à fuga do processo licitatório, já que os serviços “compensados” poderiam ser executados em condições mais vantajosas para Administração, o que afronta o art. 2 da Lei nº 8.666/93⁵.

105. Todavia, considerando o valor do prejuízo apurado, o lapso temporal já decorrido, as possíveis discussões sobre o tema (compensação) que certamente acarretariam o alongamento do presente feito e, conseqüentemente, aumento dos custos processuais, entende-se, exclusivamente, para o caso ora analisado, a viabilidade de levar em conta os serviços compensados.

106. Para tanto, foram adotados os seguintes critérios para sua validação: o serviço deve apresentar descrição razoável; conter ateste de suas quantidades; ter correspondente na planilha contratual. As ordens de serviços, que foram objeto de análise quanto à compensação, são as apresentadas a seguir:

OS Avaliadas				
NÚMº da OS	Planilha de compensação	Ateste	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI
169.21	fls 449/450	fls 451	2.677,90	3.213,48
169.19	fls 455	fls. 456 e 261	8.820,00	10.584,00
78.05	fls. 468	fls 265 e 469	1.305,00	1.566,00
169.02	não	fls 337	1.725,83	2.071,00
24.11	fls 462	fls 463	1.342,33	1.610,80
169.09	fls. 410	fls 411 e 248	2.946,80	3.536,16
22.9	fls 404	fls 246	453,80	544,56
24.39	fls 414	fls 414 V e 249	718,47	862,16
24.23	fls 445	fls 446 e 259	3.588,26	4.305,91
169.01	fls 498	fls 334 e 449	1.044,77	1.253,72
24.04	fls 515	fls 516	2.656,40	3.187,68
169.17	fls 525	fls 524 e 351	3.231,78	3.878,14
24.16	fls 534	fls 535 e 354	4.571,88	5.486,26

107. Destaca-se que outras ordens de serviço também foram objeto de compensação. No entanto, como estavam relacionadas às ordens de serviço que não passaram pelo crivo inicial, elas não foram incluídas na análise deste Corpo Técnico.

108. Então, com base nos critérios já citados, verificou-se que as ordens de serviços 78.05 e 22.9 não apresentam o ateste das quantidades executadas, sendo, portanto, considerados nulos os

⁵ Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

valores de reparação. Para as ordens de serviços 24.23, 24.16, 24.39 e 169.17, embora não tenha culminado na anulação dos valores, detectou-se a necessidade de ajustes cujo detalhamento consta no Papel de Trabalho I.

109. Com isso, constatou-se que o valor total de reparação, considerando o BDI, apurado pelo NFO, a partir da metodologia já explicada, é inferior ao apresentado pelas partes, conforme tabela resumo a seguir:

OS Compensadas						
NÚMº da OS	Prejuízo - com BDI	Prejuízo - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - com BDI
169.21	2.418,73	2.015,61	2.677,90	5.119,90	3.213,48	6.143,88
169.19	4.314,95	3.595,79	8.820,00	8.820,00	10.584,00	10.584,00
78.05	452,40	377,00	1.305,00	-	1.566,00	-
169.02	2.071,00	1.725,83	1.725,83	420,72	2.071,00	504,86
24.11	1.281,12	1.067,60	1.342,33	1.123,19	1.610,80	1.347,83
169.09	6.303,60	5.253,00	2.946,80	2.946,80	3.536,16	3.536,16
22.9	552,40	460,33	453,80	-	544,56	-
24.39	2.382,14	1.985,12	718,47	613,11	862,16	735,73
24.23	4.315,04	3.595,87	3.588,26	3.609,61	4.305,91	4.331,53
169.01	1.338,43	1.115,36	1.044,77	1.044,77	1.253,72	1.253,72
24.04	2.570,33	2.141,94	2.656,40	2.656,40	3.187,68	3.187,68
169.17	4.050,00	3.375,00	3.231,78	2.804,15	3.878,14	3.364,98
24.16	3.003,54	2.502,95	4.571,88	121,13	5.486,26	145,35
TOTAL	35.053,68	29.211,40	35.083,22	29.279,77	42.099,86	35.135,72

110. Ressalta-se que a análise de cada ordem de serviço, pormenorizada, consta no Papel de Trabalho I.

III. Conclusão

110. Com base na análise empreendida e na sistemática de custos do NFO adotada para o cálculo do valor de reparação, o prejuízo imputado a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. e ao fiscal do contrato o Sr. Ademar totalizam R\$ 46.171,44 (quarenta e seis mil, cento e setenta e um e quarenta e quatro centavos), a preços originais. A tabela a seguir apresenta o resumo dos valores imputados às partes, detalhados por ordem de serviço:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2.418,73
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
169.02	2.071,00
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
169.09	6.303,60
24.37	3.300,06
022.9	552,40
022.2	1.593,38
24.19	2.059,20
24.39	2.382,14
24.27	581,96
24.23	3.487,56
24.11	1.281,12
78.14	428,36
22.18	6.816,00
169.2	740,77
24.4	8.100,27
169.01	1.338,43
24.04	2.570,33
169.17	4.050,00
24.16	3.003,54
24.43	90,31
24.06	880,34
Compensação	35.135,72
TOTAL	46.171,44

111. Frisa-se que, conforme já registrado no tópico de análise preliminar, as defesas das partes Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena não foram apreciadas por inexistir elementos de engenharia nas alegações apresentadas. Assim, a princípio, a análise dessas considerações não afetará o valor total do prejuízo imputado às partes, cujo valor consta no parágrafo anterior.”

10. Na sequência, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 228/2016 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 617/625), analisa a matéria nos termos seguintes:

“I – BREVE HISTÓRICO

2. A análise exordial da presente TCE está consubstanciada na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



Informação n.º 191/2013-SECONT/1ªDICONT, fls. 203/209, por meio da qual esta Divisão propugnou pelo conhecimento da presente tomada de contas e pela citação dos responsáveis, sugestão acolhida pelo MPJTCDF no Parecer nº 1140/2013-DA, fls. 210/213, e pelo eg. Plenário, nos termos da Decisão n.º 5217/2013, fl. 218.

3. Em cumprimento à referida deliberação, foram devidamente citados os responsáveis arrolados à fl. 219, consoante documentos insertos às fls. 220/223.

4. A empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. apresentou, inicialmente, a defesa inserta às fls. 226/278, complementada, ao depois, com os documentos vistos às fls. 291/362.

5. As senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, por meio de representante legal, apresentaram, conjuntamente, as razões de defesa vistas às fls.383/395.

6. Às fls. 401/554, por fim, encontram-se as razões de defesa trazidas ao feito pelo senhor Ademar Campos Aranha.

7. Tendo em conta as especificidades da matéria aqui tratada, os autos foram encaminhados para a análise do Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO, conforme Despacho de fl. 562.

8. A manifestação do NFO está estampada na Nota Técnica n.º 11/16-NFO, fls. 572/615, por meio da qual aquela Unidade Técnica especializada, após confrontar os argumentos de defesa, conforme sintetizado na tabela vista à fl. 614, identifica prejuízo de R\$ 46.171,44, em valores originais.

9. Conforme assinalado à fl. 579, foram apreciadas pelo NFO apenas as defesas formuladas pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. e pelo senhor Ademar Campos Aranha, por envolverem tópicos de engenharia. As demais defesas, formuladas pelas senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, serão objeto de análise nesta assentada.

10. Retornam os autos a esta Unidade, portanto, para análise e consolidação das proposições que se mostrarem pertinentes.

II – DAS DEFESAS E ANÁLISE

11. Como já salientado nesta Instrução, por meio da Nota Técnica n.º 11/16-NFO, fls. 572/615, o NFO considerou parcialmente procedentes as defesas formuladas pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. e pelo senhor Ademar Campos Aranha, insuficientes para afastar o prejuízo remanescente de R\$ 46.171,44 identificado à fl. 614.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



Defesa das senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena

12. As senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, após apresentarem, fls. 384/388, uma narrativa do que entenderam constituir a descrição dos fatos que desaguaram nas imputações de responsabilidades aqui debatidas, adentram o mérito de suas razões de defesa a partir da fl. 388.

13. Nesse ponto, inauguram as defendentes seus arrazoados evocando possível malferimento do direito ao contraditório e à ampla defesa, com o quê postulam a nulidade do procedimento, cravando suas premissas nas prescrições do art. 5.º, inciso LV, da Carta Magna.

14. Para tanto, apontam o lapso temporal transcorrido observado entre o início das apurações e a oitiva dos interessados, ponderando, fl. 389, que “(...) transcorrido tanto tempo, não há mais registros físicos ou memoriais que possibilitem às Defendentes aferirem se efetivamente este ou aquele serviço foi executado, em que condições teriam sido recebidos e de que forma se dera o correspondente pagamento”.

15. Fundadas nessas considerações, questionam a ausência de manifestações oportunas delas, a inviabilidade de se comprovar se seriam elas as autoras de documentos outrora produzidos e a adequação de verificações realizadas em tempo pretérito, indagando se os achados da Auditoria seriam pertinentes.

16. Argumentam que o “(...) contraditório e a ampla defesa não são institutos de natureza retórica, de existência puramente formal, para cumprir uma simples exigência de forma. O contraditório e a ampla defesa existem justamente para evitar que possam ocorrer questionamentos desprovidos de fundamento como os que, a título simplesmente ilustrativo, diga-se, deu-se notícia nestes autos”.

17. E acrescentam, fl. 389:

“24. Parece às Defendentes que ainda se discute se tal canteiro ou se tal barracão de obras foi instalado; se houve ou não a colocação de determinado modelo de torneira ou se ele foi substituído por outro; ou se o zarcão previsto na ordem de serviço foi realmente aplicado; coisas estas que, hoje, jamais poderão ser aferidas com a indispensável segurança, tanto técnica como jurídica”.

18. Pontuam, fls. 389/390, que deveriam ter sido ouvidas, ao menos, em três procedimentos: i) aquele da auditoria inicial; ii) aquele em que se deliberou pela instauração da TCE; iii) o de julgamento da TCE, “(...) no qual, em boa hora, finalmente resolveu-se dar cumprimento ao essencial e universal preceito insculpido em nossa Constituição Federal”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

19. Reclamam, fl. 390, por não haverem sido citadas em momento anterior, para apresentação de justificativas quanto à execução do Contrato n.º 115/98-FEDF, no qual não houvera, defendem, “(...) qualquer resquício de locupletação ou favorecimento em benefício pessoal ou de quem quer que seja, pois os eventuais problemas seriam decorrentes de sobrecarga de trabalho e do excessivo número de contratos de obras, manutenção e serviços postos sob a fiscalização dos executores da Secretaria de Educação, tudo isso aliado à escassez de profissionais capacitados para tais atividades nos quadros da Secretaria”.

20. À fl. 390 as defendentes evocam o princípio da razoabilidade, para realçar as dificuldades antes apontadas em face do número de escolas atendidas e da área de abrangência do ajuste.

21. As interessadas argumentam ser ilógico exigir dos servidores do Poder Executivo distrital, que atuam sem o devido apoio logístico para realizarem inspeções em um universo tão amplo e no nível de detalhamento exigido, ao passo que o próprio Controle Interno, nas instruções de tomadas e prestações de contas anuais, realiza seu trabalho por amostragem. Ressaltam, ademais, fl. 391, que as tarefas de fiscalização não estariam inseridas entre as “competências funcionais de seus cargos”.

22. Asseveram, fl. 391, que a obrigação de receber a obra ou serviço em caráter definitivo era da própria FEDF, por meio de comissão especificamente designada, nos termos da Cláusula Décima Quinta do Contrato n.º 115/98-FEDF, trazendo à colação as disposições dos itens 15.2, 15.3 e 15.4 do ajuste.

23. Acentuam, fls. 391/392, as disposições do art. 69 do Estatuto Licitatório acerca da obrigação da empresa contratada de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as falhas identificadas, argumentando que, “(...) dentre as disposições contratuais pertinentes ao recebimento definitivo do objeto avençado, nenhuma que condicione a realização de pagamentos parciais ou o pagamento integral das obras ou serviços contratados à formalização dos recebimentos definitivos”, com o quê defendem o afastamento de qualquer obrigação de “(...) ressarcimento ao erário por responsabilidade solidária em face do suposto dano derivado da execução” do ajuste.

24. À fl. 392 demonstram as interessadas que, nos termos contratuais, o prazo para recebimento definitivo das obras seria de 90 dias corridos após o recebimento provisório, ao passo que o pagamento, também por imposição das condições ajustadas, deveria ocorrer em até 10 dias úteis a contar da entrega da nota fiscal.

25. Assim, fl. 393, as defendentes apontam que “(...) não existe nenhuma Cláusula contratual ou qualquer outra disposição no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

instrumento em que se pactuou a celebração do Contrato Administrativo nº 115/98-FEDF, que vincule o pagamento das obras e serviços contratados ao recebimento definitivo dessas obras ou serviços, sendo, portanto, desprovida de qualquer base técnica, jurídica ou administrativa a imputação de responsabilidade às Defendentes, ainda que solidária”.

26. *Prosseguem, fl. 393, esclarecendo que o “(...) recebimento definitivo das obras ou serviços contratados dava-se em bloco, pelo conjunto de unidades escolares especificado em Ordens de Serviço expressamente emitidas pela FEDF para tal fim”, salientando que referido recebimento poderia consumir meses, “(...) dada a pléiade de escolas alcançadas pelo Contrato nº 115/98-FEDF e suas localizações dispersas, ou seja, em todo o perímetro **urbano e rural** das Regiões Administrativas de Taguatinga e Brazlândia”.*

27. *Acrescentam, fls. 393/394:*

“37. Disto isto, não seria temerário afirmar que, se algum dano houve ao erário distrital em face da execução do Contrato Administrativo nº 115/98-FEDF o seu principal causador teria sido aquele ou aqueles que sistematicamente se recusaram a aceitar ou considerar as várias proposições de conserto ou realização de serviços alternativos em substituição àqueles que supostamente não teriam sido executados”.

28. *Arrematam, fl. 394, que não somente era possível, mas obrigatória, a correção de falhas pela contratada, indicando as disposições do art. 69 da Lei nº 8.666/1993 e da Cláusula Sexta do contrato.*

29. *Às fls. 394/395 arrematam suas razões de defesa, revisitando os argumentos estruturados no corpo do documento e demandando, ao final, o afastamento da indicação de responsabilidade que lhes foi indicada nos autos.*

Análise

30. *Entende-se que não assiste razão às defendentes quanto à indicação de ferimento dos princípios da ampla defesa e contraditório, haja vista que o desenrolar da presente etapa processual visa precisamente prestigiar referidos institutos. Aliás, as próprias defendentes reconhecem essa realidade, consoante se extrai do pensamento estampado no item III, fl. 390, in fine.*

31. *Os pronunciamentos tanto da comissão tomadora quanto do Controle Interno não vinculam a atuação desta Corte de Contas, que detém toda prerrogativa e autonomia para, diante do juízo de valor exercido pelo eg. Plenário acerca dos fatos trazidos ao Controle Externo, dar início, ou não, à fase externa das tomadas de contas especiais, para propiciar aos envolvidos exatamente o exercício da mais ampla defesa.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



32. De outro giro, são robustos os argumentos formulados pelas defendentes e que apontam para o extenso lapso temporal decorrido desde a execução dos serviços objeto do Contrato n° 115/98-FEDF, entre 1998 e 2000, e o chamamento das responsáveis aos autos. É do conhecimento geral a situação precária dos próprios públicos no Brasil, situação da qual o Distrito Federal não está imune, em que é comum a depredação pelos próprios beneficiários da atividade pública, ou por furto ou por pichações ou por destruição pura e simples.

33. Tal circunstância afeta à realidade cultural brasileira, agregada ao longo tempo decorrido, corroboraria a tese engendrada pelas defendentes de que resta materialmente impossível, do ponto de vista técnico e jurídico, chegar-se a uma quantificação fidedigna do eventual prejuízo decorrente da execução do ajuste em tela.

34. Nada obstante as considerações tecidas nos parágrafos precedentes, deve-se ter em conta que a Nota Técnica n.º 11/16-NFO não se esquivou da particularidade atinente ao decurso do prazo, consoante se observa no seguinte excerto de fl. 577:

*“11. Cabe lembrar que nesta fase a quantificação do dano deve ter bases sólidas, como é o caso das constatações baseadas em medidas, em vistorias. Embora os depoimentos indiquem algumas incorreções, **o tempo transcorrido**, sem citar outros fatores, trazem dúvidas sobre as ocorrências à época, o que **induz a juízo mais conservador sobre as questões apontadas.**” (grifou-se)*

35. Não por outro motivo referida peça técnica, na linha conservadora indicada no trecho supra, fl. 577, houve por bem afastar as “(...) irregularidades que se sustentem, exclusivamente, por depoimentos, assim como a relativa ao item zarcão”. Mais, fls. 580/581, ao descrever a estruturação que foi conferida à análise, especificou:

*“17. A fim de facilitar a análise empreendida, os subtópicos a seguir foram divididos em três grupos de análise. O primeiro trata das ordens de serviços que **as irregularidades foram reconhecidas por pelo menos um dos responsáveis**, estando associadas ou não a declarações vagas; **o segundo grupo trata das ordens de serviços que têm questionamentos quanto às quantidades apuradas pela comissão de tomada de contas especial**; o terceiro refere-se à avaliação dos serviços executados pela firma AJL a título de reparação dos prejuízos apurados.” (destacou-se)*

36. Observa-se, pois, que o trabalho técnico, nada obstante a questão temporal, valeu-se de premissas e critérios conservadores para quantificação do prejuízo cujo montante, ressalte-se, foi reduzido dos iniciais R\$ 307.228,62 (fl. 201) para R\$ 46.171,44 (fl.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



614), em valores originais.

37. Nessa toada, diante dos critérios que nortearam a análise do NFO, mormente a postura conservadora realçada, não prosperam as alegações de defesa no que toca à inviabilidade de quantificação do prejuízo em face do tempo decorrido.

38. Entende-se que tampouco acode às interessadas a alegação de que os pagamentos eram independentes das formalidades relacionadas com o recebimento definitivos dos serviços/obras.

39. Conforme salientam as próprias interessadas em sua peça de defesa, por força tanto de disposição legal quanto de cláusula contratual, a contratada era obrigada a providenciar os ajustes e correções decorrentes das falhas que lhe eram demonstradas. Não por outro motivo foi arrolado como corresponsável o executor técnico do ajuste, haja vista a maior proximidade deste com a execução dos serviços e, portanto, da possibilidade de solucionar os problemas, à medida em que eram detectados. Mas sob idêntica linha de raciocínio, se a comissão de recebimento definitivo houvesse levado a termo suas incumbências, relatando as falhas e se recusado ao derradeiro recebimento enquanto não fossem solucionados os problemas, a empresa contratada, independentemente do momento em que recebeu os pagamentos, deveria ter sido instada à correção das deficiências.

40. Deve-se anotar que a ausência de pronunciamento criterioso da comissão de recebimento definitivo por parte das interessadas – em que fossem apontadas as providências a serem exigidas da contratada para sanear as impropriedades detectadas – é que respalda a indicação da responsabilidade delas pelo prejuízo aqui debatido, solidariamente com os demais arrolados nos autos.

III – CONCLUSÕES

41. Conforme delineado pelo NFO na Nota Técnica n.º 11/16-NFO, fls. 572/615, aquela Unidade Técnica especializada, após confrontar os argumentos de defesa, conforme sintetizado na tabela vista à fl. 614, identifica prejuízo de R\$ 46.171,44, em valores originais. Na análise conduzida pelo NFO, foram analisados e parcialmente rejeitados os argumentos de defesa apresentados pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. e pelo senhor Ademar Campos Aranha.

42. Na presente Informação foram rejeitadas as alegações de defesa formuladas pelas senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, vistas às fls. 383/395.

43. Nesse passo, resta sugerir ao eg. Plenário que comunique aos interessados acerca da rejeição de suas alegações de defesa e para a necessidade de recolherem, solidariamente, o valor do débito apurado à fl. 614, devidamente atualizado até a data da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



quitação.”

11. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I – tome conhecimento das razões de defesa formuladas:

a) pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., fls. 226/278 e complemento de fls. 291/362, e pelo senhor Ademar Campos Aranha, fls. 401/554, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes, insuficientes para afastar o prejuízo evidenciado à fl. 614 dos autos;

b) pelas senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, fls. 383/395, considerando-as, no mérito, improcedentes para elidir os fatos debatidos nos autos;

II – cientifique os responsáveis indicados nas alíneas do item anterior acerca da decisão que vier a ser tomada e sobre a necessidade de, em 30 (trinta) dias, recolherem o valor do débito solidário que lhes foi imputado na presente TCE, apontado à fl. 614 dos autos, corrigidos monetariamente nos termos da LC n.º 435/2001;

III – autorize o retorno dos autos à SECONT para a adoção das providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 947/16 (fls. 626/651), de 10.10.2016, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, diverge da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer destaco o trecho seguinte:

“5. A atual fase processual, portanto, presta-se ao exame das defesas apresentadas, a teor da manifestação constante da Nota Técnica n.º 11/2016-NFO (folhas 572 a 615) – que se ateve aos argumentos apresentados pela sociedade empresária AJL Engenharia e Construção Ltda. e por Ademar Campos Aranha – e da Informação n.º 228/2016-SECONT/1ªDICONTE (folhas 617 a 625), que examinou as teses defensivas apresentadas, em conjunto, por Tânia Maria Guirelli da Costa⁷ e Adalúcia Tiburtino de

⁷ Arquiteta, integrante da Comissão de Recebimento Definitivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



Oliveira de Sena.

6. *Passo ao exame, a teor da análise empreendida pelas competentes Unidades Técnicas, iniciando pelo meticoloso trabalho desenvolvido pelo zeloso Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia da **Corte**.*

7. *Observo que, preliminarmente, o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, ao passo em que aduziu que as irregularidades apontadas no Relatório Tomador decorrem de inconsistências encontradas em 51 Ordens de Serviço listadas à folha 576, de onde derivou a quantificação do dano original apontado (R\$ **154.497,73**), salientou que o longo tempo transcorrido desde o fato autoriza a quantificação do prejuízo **em bases mais conservadoras**, desde já, portanto, excluindo as irregularidades que se sustentaram, exclusivamente, em depoimentos e aquelas com valor nulo, como, por exemplo, o item sob a denominação “zarcão”.*

8. *A metodologia implicou, de pronto, a redução do dano na forma do demonstrativo de folha 578, em cerca de 40%, passando dos originais R\$ **154.497,73**, para R\$ **92.746,88**, valor base correspondente à soma das ordens de serviço a partir das quais o competente NFO passou ao exame de cada um dos argumentos defensivos.*

9. *Na sequência, a Unidade Técnica aduziu as considerações de folhas 581 a 615 subdivididas em três grupos de análise: **a)** ordens de serviços cujas irregularidades foram reconhecidas por pelo menos um dos responsáveis; **b)** ordens de serviços que têm questionamentos quanto às quantidades apuradas pela comissão de tomada de contas especial; e **c)** avaliação dos serviços executados pela AJL, segundo consta, a título de reparação dos prejuízos apurados.*

10. *No primeiro grupo a competente Unidade Técnica coligiu as ordens de serviço relativas a valores incontroversos, portanto, confirmados ou não impugnados e aqueles cuja contestação material foi considerada destituída de fundamentação capaz de refutar, de forma contundente, as irregularidades; o que implicou o apontamento de danos da ordem de R\$ **27.257,66**, já incluído nesse valor o correspondente BDI.*

11. *Ao segundo grupo, o NFO agregou ordens de serviço com diferenças quantitativas, a teor do exame realizado pela Comissão Tomadora, procedendo à análise pontual dos argumentos expendidos pelos Defendentes em relação a cada documento impugnado para, ao final, apontar a dano remanescente de R\$ **54.049,50**, montante também agregado do respectivo BDI. Foram as seguintes as considerações da Unidade Técnica, **in verbis**:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

b. OS com diferenças quanto à quantidade**i. OS 022.9 (fls. 1725 do Processo nº 082.000.691/98)****1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.9	1718/1725	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	85,54
		5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	330,00
		19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	44,8
		TOTAL		460,34
		BDI(20%)		92,07
		TOTAL GERAL		552,41

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 403/404)

22. O Sr. Ademar assevera que a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE não contabilizou todos os pontos referentes aos itens 5.1.1 (remanejamento de luminária) e 5.2.2 (remanejamento de ponto sanitário). Para o primeiro item, não foram considerados os pontos ao lado da biblioteca, como luminárias e tomadas. Já para o segundo não levaram em consideração os 8 vasos sanitários, as 6 pias, os 6 ralos e um tanque que também são objetos de manutenção.

3. Manifestação da AJL (fls. 227/278)

23. A empresa expõe que ocorreu erro de interpretação quanto ao termo remanejamento de um equipamento elétrico. Segundo a empresa, não se trata apenas da retirada de um equipamento e a colocação em outro ponto diferente. O item remunera a mão de obra dos serviços de revisão dos aparelhos elétricos (fls. 230).

24. Além disso, a AJL afirma que é um absurdo a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE ter apontado a ausência de limpeza dos reservatórios, das calhas, da cobertura e do telhado. Caso tal fato tivesse ocorrido, as descidas de água estariam entupidas (fls. 230).

4. Análise TCDF

25. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la considerando que existe item específico na planilha contratual para medição das tomadas (item 5.1.3), conforme fls. 953 do Processo nº 082.000.691/98.

26. Ademais, em vistoria de retorno, fls. 2985/2986 do Processo nº 082.000.691/98, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, acompanhada do fiscal e de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

representante da empresa executora, não verificou divergências quanto aos levantamentos preliminares, tanto para os itens de remanejamento de luminária como de instalação hidráulica, embora tenha revisto o quantitativo relativo ao item 19.7 (limpeza de cobertura e calhas), presente na mesma ordem de serviço, a partir das justificativas das partes.

27. Cabe ainda destacar que os profissionais que executaram os levantamentos detêm o devido conhecimento técnico⁸. Assim, não é razoável achar que passaram despercebidos os pontos destacados pelo fiscal, até porque a CTCE, ao levantar os quantitativos, de forma conservadora, registrou todos os pontos passíveis de intervenção, conforme se depreende do termo de achado às fls. 2986 do Processo nº 082.000.691/98.

28. Sobre a alegação da empresa AJL, essa não tem nenhuma relação com os fatos abordados pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE. A discrepância detectada em relação ao item 19.7 incide sobre os quantitativos dele e não sobre a execução do serviço. Por isso, cabe recusar as considerações da empresa AJL.

29. Assim, sem elementos que possam desconstituir as irregularidades, mantêm-se as constatações indicadas pela Comissão, resultando na manutenção do prejuízo referente a essa OS de R\$ 552,41.

ii. OS 022.20 (fls. 1810 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	360
		TOTAL		1500,76
		BDI(20%)		300,15
		TOTAL GERAL		1800,91

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 405/406)

30. O Sr. Ademar alega que existem 21 pontos na biblioteca

⁸ A comissão de Tomada de Contas Especial foi assessorada pelos servidores André Lara Campos Guimarães, Marco Antônio Teles Ferreira de Menezes e Flávia Gonçalves Perrota, todos arquitetos, designados pela Ordem de Serviço nº 1, datada de 16/05/2007, juntada aos autos às fls. 2673 do Processo nº 082.000.691/1998. Esses servidores foram responsáveis pela quantificação dos prejuízos apurados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



para manutenção, tendo sido executados 19 pontos nessa ordem de serviço. Acrescenta que “se pode remover a peça do local para a limpeza e recolocá-lo novamente no local. Portanto, não houve duplicidade de cobrança”.

31. Com relação à inadequação do armário, afirma que o instalado de fato era de laminado melamínico, cujo valor é maior do que o especificado.

32. Afirma também que foram construídos dois reservatórios de 500 l (item 249), o que totaliza 1000 l. Assim, a AJL executou a mais o valor de R\$ 360,00.

3. Manifestação da AJL (fls. 247)

33. A empresa juntou aos autos uma declaração, fls. 247, que afirma que existe um reservatório de 1000 l instalado na Biblioteca Setorial de Brasília.

4. Análise TCDF

34. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la quanto ao item 5.2.2, considerando que o termo de achado, fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98, elaborado a partir da vistoria de retorno com a presença tanto do fiscal quanto de representante da empresa AJL, acrescentou, em relação ao levantamento inicial, apenas três pontos passíveis de intervenção, ou seja, com base nas justificativas das partes, só foram identificados três pontos adicionais. Observa-se que tal procedimento é conservador, já que contabiliza todos os pontos passíveis de manutenção.

35. Com relação ao armário (item 18.7), a previsão na planilha contratual, fls. 1088 do Processo nº 082.000.691/98, já era a instalação de um armário em laminado melamínico cuja remuneração é a área. Assim, não procede a manifestação da fiscalização.

36. Já quanto ao reservatório, item 249, nota-se uma incongruência entre a afirmação da fiscalização e a da Empresa AJL. Ademais, como já apontado, durante a vistoria de retorno não se observou a instalação de um reservatório de 1000 l ou mesmo de dois de 500 l, mas apenas um de 500 l, conforme fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98. Por isso, recusa-se a alegação da fiscalização.

37. Entretanto, para esse item, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por julgar incompatível com a especificação, optou por desconsiderar a sua execução completamente. Conforme já exposto, essa fase processual busca determinar os valores de prejuízo de forma inequívoca. Desta maneira, apurou-se o custo unitário do reservatório



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

executado, a partir da relação entre os custos de um reservatório 1000 l e 500 l, o que se apresenta a seguir:

Sinapi- Dezembro/2004		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPÁ 500L	98,01	2,08152
SINAPI - 1025	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO 1000L	204,01	
Sinapi- Dezembro/2007		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPÁ 500L	104,84	2,08165
SINAPI - 1025	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO 1000L	218,24	
Sinapi- Dezembro/2010		Custo unitário	Coefficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPÁ 500L	116,00	2,08155
SINAPI - 1025	CAIXA D'ÁGUA FIBROCIMENTO 1000L	241,46	

38. Esse procedimento foi necessário devido à dificuldade em determinar o custo unitário do insumo para a data base que remonta ao ano de 1998, assim como pela inexistência de previsão na planilha orçamentária de reservatório com tal especificação (500 l). Nota-se que o coeficiente apresentou insignificante alteração entre os períodos, o que valida essa metodologia.

39. Assim, o custo unitário do reservatório de 500 l, com base no coeficiente médio de 2,081574081, pode ser estimado em R\$ 172,94, de forma que o prejuízo decorrente deste item é a diferença entre o valor de R\$ 360,00 previsto na OS e a estimativa antes obtida, resultando em débito de R\$ 187,06.

40. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 1.593,38, conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	187,06
		TOTAL		1327,82
		BDI(20%)		265,56
		TOTAL GERAL		1593,38

iii. OS 169.21 (fls. 3019 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidades

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.21	3019	101	CAIXAS TELEFONE	1350
		127	DISJUNTORES 25A	617,61
		129	DISJUNTORES 40A	48
		TOTAL		2015,61
		BDI(20%)		403,12
		TOTAL GERAL		2418,73



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 447/451)

41. O Sr. Ademar confirma a irregularidade do item 101. Entretanto, para os itens 127 e 129, ele sugere que a diferença de quantidade encontrada para os itens pode ser oriunda da falta de contabilização em alguma sala ou em algum laboratório da escola, sem precisar qual. Por fim, junta declaração, fls. 451, dos serviços executados pela Empresa AJL, a título de compensação do prejuízo, cujos valores totalizam R\$ 3.213,48.

3. Manifestação da AJL

42. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

43. O achado do item 101 confirmado pela fiscalização não será objeto de análise por não ter sido refutado pela própria fiscalização da obra (nas alegações do Sr. Ademar). Com relação aos disjuntores, itens 127 e 129, os elementos trazidos pela fiscalização, embora procurem apontar alguma fragilidade no levantamento de quantitativos, não trazem elementos enfáticos que desqualificassem peremptoriamente os levantamentos da Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por isso torna-se temerário não adotar a medida da comissão para o cálculo do prejuízo referente a esses itens, permanecendo inalteradas as discrepâncias identificadas.

44. Dessa forma, o prejuízo se mantém no patamar indicado inicialmente no relatório da comissão de TCE, no valor de R\$ 2.418,73.

iv. OS 169.09 (fls. 2991 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.09	1510/1515	12	FECHADURAS	3.840,00
		203 e 204	LÂMPADA DE 400W	1.413,00
		TOTAL		5.253,00
		BDI(20%)		1050,60
		TOTAL GERAL		6303,60

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 409/411)

45. O fiscal alega que não é possível afirmar que não foram trocadas as fechaduras, uma vez que é comum a depredação das escolas públicas (item 12). Afirma também que as lâmpadas de 400 W (itens 203 e 204) foram instaladas na quadra antiga da escola.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

3. Manifestação da AJL (fls. 248 e 296/297)

46. “O remanejamento não se refere à retirada de material e sua instalação. A retirada é necessária para revisão das condições e substituições dos quantitativos defeituosos e posterior reinstalação, esta operação é executada tanto para luminárias como para tomadas elétricas. ”

4. Análise TCDF

47. Em vistoria, com a presença do fiscal e de representante da empresa, foi consignado no termo de declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98, que as fechaduras (item 12) não foram trocadas, inclusive com o registro de aquiescência da fiscalização.

48. Em relação às lâmpadas de 400 W (item 203 e 204), nesse mesmo ato, foi reduzido o superfaturamento por quantidade com base nas justificativas apresentadas por ambos os responsáveis. A comissão de tomada de contas, inclusive, de modo conservador, considerou o número máximo de lâmpadas que podiam ser trocadas, conforme consta na declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98.

49. Pelo exposto, não é possível acatar as razões das partes, mantendo-se o prejuízo em R\$ 6.303,60.

v. OS 24.19 (fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.19	2352/2356	16.11	PINTURA SOBRE TETO SEM MASSA	1.716
		TOTAL		1716
		BDI(20%)		343,2
		TOTAL GERAL		2059,2

50. O achado é eventual pagamento em duplicidade, uma vez que a equipe de vistoria identificou que o serviço antes indicado e constante desta OS já havia sido incluído na OS 022.90.

Manifestação do Sr. Ademar (fls. 406/407)

51. O fiscal assevera que: “Nesta OS, a equipe desconsiderou totalmente os serviços. Pois bem, na OS 022.9, no item 10.22 – Pacote (remanejamento/recuperação), foi executado 48,00, e não 429 m² como consta na OS 024.19, cujos serviços foram executados para a pintura do forro, o que a equipe da Corregedoria não constatou. Nesta O.S 024.19 consta o item



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

10.23 – Perfil metálico p/ sustentação de forro 484 m que não foi relacionado na OS 022.90. Para a execução de serviços de pintura em forro tipo pacote e pintura nos perfis metálicos, há necessidade de remover o forro do local para a efetivação dos serviços. Portanto não houve a cobrança em duplicidade conforme alega a equipe.”

3. Manifestação da AJL

52. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

53. Antes de adentrar à análise da justificativa, cabe detalhar sucintamente o procedimento adotado pela Comissão de TCE para apuração das irregularidades. Num primeiro momento, os assessores técnicos dirigiam-se às unidades escolares onde procediam as averiguações. Constatando alguma incongruência, geravam um termo de achado. Em seguida, com a participação das partes envolvidas (fiscal e empresa executora), eram realizadas novas vistorias com a finalidade de elucidar os levantamentos iniciais, sendo elaborado, nesta etapa, a partir das informações prestadas, uma declaração de vistoria e um novo termo de achado.

54. Seguindo para análise da defesa, as alegações da fiscalização não estão diretamente relacionadas às irregularidades apuradas pela CTCE, uma vez que citam os itens 10.22 e 10.23, cujos serviços não estão elencados no termo de vistoria “final”, fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98. Além disso, quando discorre sobre os serviços de pintura do forro (item 16.11), único item relacionado com o achado, argumenta apenas que é necessário remover o forro do local para executar a pintura. Isso em nada suprime a impropriedade, já que o ponto questionado é a duplicidade do serviço de pintura do forro.

55. Ademais, no termo da OS 22.90, fls. 1722 do Processo nº 082.000.691/98, consta o item 16.11 com uma quantidade de 491 m². Já a OS 24.19, fls. 2355 do Processo nº 082.000.691/98, contém o mesmo item com uma quantidade de 429 m². Ambas as ordens de serviços têm como local de execução dos serviços a biblioteca setorial de Brazlândia, fls. 1720/1724 e 2354/2355 do Processo nº 082.000.691/98. Infere-se, então, que se trata dos mesmos serviços.

56. Corroborando com o registro do parágrafo anterior, após a vistoria que contou com a participação do fiscal e de representante da empresa, fls. 2985 do Processo nº 082.000.691/98, persistiram as diferenças de quantidades para o item 16.11 (pintura do forro).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

57. Assim, a alegação da fiscalização não procede, cabendo o prejuízo identificado pela comissão de R\$ 2.059,20.

vi. OS 24.39 (fls. 2994 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.39	2490/2495	5.4.13	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	184,68
		258	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	1800,44
		TOTAL		1985,12
		BDI(20%)		397,02
		TOTAL GERAL		2382,14

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 413/414)

58. O fiscal alega que a OS 24.39 não tem no seu escopo a execução dos serviços de remanejamento de luminária e ponto sanitário, por isso o valor registrado no termo de achado como prejuízo é nulo.

3. Manifestação da AJL (fls. 249)

59. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.

4. Análise TCDF

60. Compulsando os autos, verifica-se que se trata de um equívoco na descrição dos itens da tabela de composição do achado, fls. 2994 do Processo nº 082.000.691/98. Isso não afeta a defesa dos responsáveis devido ao detalhamento das inconsistências detectadas serem apresentadas em tópico que precede a tabela. Por isso, julga-se improcedente a manifestação do Sr. Ademar.

61. Quanto aos serviços executados, esses foram objeto de análise no tópico “Il.c. Serviços Executados a título de reparação”.

vii. OS 24.27 (fls. 3005 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	201,24
		TOTAL		610,74
		BDI(20%)		122,15
		TOTAL GERAL		732,89

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 426/430)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

62. Alega que a diferença encontrada para a área da bancada (item 18.10) encontra-se em outra sala onde os servidores usam como uma pequena cozinha. Quanto ao item 418, afirma que este foi glosado no valor completo, embora o serviço tenha sido executado em quase a sua totalidade.

3. Manifestação da AJL (fls. 252)

63. Juntou declaração que faz menção ao item 18.10, relacionado à bancada de granito, cuja execução, segundo o declarante, contemplou serviços tanto na cozinha como na copa.

4. Análise TCDF

64. O Sr. Ademar e Empresa AJL não apresentam provas que ocorreu a execução da diferença do item 18.10 em outro local, como por exemplo uma nota fiscal da compra do material.

65. Ademais, nas fls. 3003 do Processo nº 082.000.691/98 está registrado na declaração de vistoria que, mesmo após novas medidas, a partir dos esclarecimentos dos responsáveis, ainda persistiram as diferenças detectadas inicialmente pela comissão de TCE.

66. Já quanto ao item 418, procedem em parte os argumentos trazidos pelo fiscal. A comissão de TCE realmente desconsidera em sua totalidade o item por não coincidir o executado com o especificado. Para apurar os custos incorridos, será feita a transformação do custo unitário do tanque por unidade (R\$/unidade) para custo unitário por unidade de área (R\$/m²).

67. O custo unitário do tanque por unidade de área, considerando as dimensões especificadas (1,2 X 0,6 m), é R\$ 279,50/m². Assim, o prejuízo identificado a partir da diferença entre as áreas, para o item, é de R\$ 75,47.

68. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 581,96, conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	75,47
		TOTAL		484,97
		BDI(20%)		96,99
		TOTAL GERAL		581,96

viii. OS 24.23 (fls. 3017 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	101,74
		18.10	ALAMBRADO	587,83
		TOTAL		3595,87
		BDI(20%)		719,17
		TOTAL GERAL		4315,04

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 444/446)

69. Para o item 7.10, o fiscal apresenta memória de cálculo, que, segundo ele, totaliza uma quantidade de 1.111,44 m². Acrescenta que os itens 16.22 e 18.14 não puderam ser reavaliados, uma vez que as estruturas foram retiradas do local.

3. Manifestação da AJL (fls. 258)

70. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.

4. Análise TCDF

71. Estranha-se essas novas quantidades apontadas pela fiscalização para o item 7.10, já que na declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, consta a concordância tanto do Sr. Ademar (fiscal do contrato) como do Sr. João Batista (representante da firma executora) quanto às divergências identificadas pela comissão de TCE.

72. Em relação aos itens 16.22, 18.14 e 18.10, verifica-se na mesma declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, que as estruturas já haviam sido retiradas naquele momento. Assim, para não prejudicar o contraditório e a ampla defesa dos responsáveis, opta-se por retirar os valores apontados para esses dois itens.

73. Assim, o prejuízo apurado para a OS 24.23 é de R\$ 3.487,56, 78.14 conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	0
		18.10	ALAMBRADO	0
		TOTAL		2906,3
		BDI(20%)		581,26
		TOTAL GERAL		3487,56

ix. OS 24.11 (fls. 3026 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.11	2294/2302	204	LÂMPADAS	1067,6
		TOTAL		1067,6
		BDI(20%)		213,52
		TOTAL GERAL		1281,12

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 459/464)

74. O fiscal junta aos autos uma planilha de compensação produzida durante o processo de recebimento definitivo das obras da escola, fls. 460, que resultou em um valor de R\$ 19,14 a favor da Secretaria de Educação.

75. Além disso, juntou uma declaração e uma planilha que detalha serviços executados pela firma AJL, em 2011, os quais reparam os prejuízos detectados pela comissão de tomada de contas.

3. Manifestação da AJL

76. Não apresentou considerações.

4. Análise TCDF

77. A consideração apresentada pela fiscalização apenas confirma o achado. Quanto aos serviços executados a título de reparação dos prejuízos detectados, esse ponto será detalhado no tópico seguinte.

x. OS 78.14 (fls. 3032 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.14	3032	15.3	DEMOLIÇÃO PISO	20,08
		15.16	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO	8,14
		15.27	POSIO CERÂMICO	328,75
		TOTAL		356,97
		BDI(20%)		71,39
		TOTAL GERAL		428,36

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 474/479)

78. O Sr. Ademar apresenta planilha de compensação elaborada pela comissão de recebimento definitivo, fls. 475. Por meio dessa planilha, é possível verificar que os itens 15.3, 15.16 e 15.27 não foram executados completamente pela firma, sendo substituídos por outros serviços, fls. 478.

3. Manifestação da AJL

79. Não apresentou considerações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

4. Análise TCDF

80. As alegações apresentadas pela fiscalização não procedem, já que as quantidades não executadas, para os serviços ora questionados, foram consideradas pela comissão de TCE, conforme depreende-se do termo de achado às fls. 3032 do Processo 082.000.691/98. Dessa forma, o prejuízo referente a este OS permanece o mesmo, de R\$ 428,36.

xi. OS 169.02 (fls. 3055 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.02	3055	5.1.1	REVESTIMENTOS	1.725,83
		TOTAL		1725,83
		BDI(20%)		345,17
		TOTAL GERAL		2071,00

2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 488/489)

81. O Sr. Ademar afirma que, em levantamento realizado por ele, o total de forro executado foi 905,39 m², sem apresentar maiores detalhes.

3. Manifestação da AJL

82. Confirmou o achado, declarando, fls. 336, que “procedemos com levantamento do forro colocado na escola e constatamos a diferença constante da vistoria no total de R\$ 2071,00”.

4. Análise TCDF

83. Como não foram apresentados elementos avaliativos e um dos acusados confirma o prejuízo (empresa AJL), cabe manter inalterado o achado, representando um prejuízo de R\$ 2.071,00.

xii. OS 24.06 (fls. 3065/3066 do Processo nº 082.000.691/98)**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.06	3066	15	PAVIMENTAÇÃO	733,62
		TOTAL		733,62
		BDI(20%)		146,724
		TOTAL GERAL		880,344



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 526-verso/529)

84. O Sr. Ademar afirma que as diferenças observadas foram executadas por meio de compensação de serviços cuja planilha às fls. 529 demonstra as quantidades não executadas por serviço e quais serviços foram acrescidos no seu lugar.

3. Manifestação da AJL (fls. 345/348)

85. A empresa assevera que a planilha de compensação, produzida durante o processo de recebimento definitivo, corresponde o acréscimo de serviços em valores aos não executados desta OS. Além disso, questiona quem executou, em 2003, parte dos serviços questionados pela comissão de TCE. Por fim, junta planilha de compensação de serviços executados.

4. Análise TCDF

86. Tanto a declaração de vistoria, fls. 3065 do Processo nº 082.000.691/98, como o termo de achado, fls. 3066 do Processo nº 082.000.691/98, registram que os dados da planilha de compensação foram levados em consideração na apuração das irregularidades. Entretanto, ainda permaneceram algumas discrepâncias quanto aos quantitativos inicialmente levantados, conforme fls. 2262 do Processo nº 082.000.691/98.

87. Quanto ao questionamento apresentado pela empresa AJL sobre quem executou os serviços em 2003, como os itens que estão relacionados a essa declaração não passaram no crivo inicial, essa argumentação perdeu objeto.

88. Assim, na ausência de elementos de prova mais contundentes, julgam-se improcedentes os argumentos postos pelas partes, mantendo-se o prejuízo apontado pela comissão de R\$ 880,34.

xiii. OS 22.18 (fls. 3034 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.2 (fls. 3043 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.40 (fls. 3050 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.01 (fls. 3053 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.04 (fls. 3061 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.17 (fls. 3070 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.16 (fls. 3073 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.43 (fls. 3075 do Processo nº 082.000.691/98) e 24.37 (fls. 3079 do Processo nº 082.000.691/98).

1. Irregularidade

89. A irregularidade referente a essas OS's está resumida nas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

tabelas a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.18	1788/1795	2.5.1	ANDAIMES	0
		5.3.1	CANALETAS DE CONCRETO SEM	0
		5.3.9	GRELHAS DE CONCRETO	5680
		TOTAL		5680
		BDI(20%)		1136,00
		TOTAL GERAL		6816,00

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.2	1579/1586	17.3	MANTA ASFÁLTICA	469,56
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	63,15
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	84,6
		TOTAL		617,31
		BDI(20%)		123,46
		TOTAL GERAL		740,77

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.40	2496/2502	10.5 E 10.18	REMOÇÃO DE FORRO ANTIGO + FORRO PVC	6.750,23
		TOTAL		6750,23
		BDI(20%)		1350,05
		TOTAL GERAL		8100,28

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.01	1449/1456	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	696,54
		11.17	RODATETO	418,82
		TOTAL		1115,36
		BDI(20%)		223,07
		TOTAL GERAL		1338,43

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.04	2249/2253	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.141,94
		TOTAL		2141,94
		BDI(20%)		428,39
		TOTAL GERAL		2570,33

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.17	1560/1565	17.1	IMPERMEABILIZAÇÃO POR CRISTALIZAÇÃO	2.015,93
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	1.124,07
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	235,00
		TOTAL		3375,00
		BDI(20%)		675,00
		TOTAL GERAL		4050,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.16	2334/2340	4.1.6	CONCRETO	975,29
		7.7	ALVENARIA DE TIJOLO	1.527,66
		TOTAL		2502,95
		BDI(20%)		500,59
		TOTAL GERAL		3003,54

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.43	2527/2537	5.2.1	REMANEJAMENTO DE PONTO HIDRÁULICO	0
		7	PAREDES	0
		9.5.5	RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIA	0,00
		16.6 e 16.13	MASSA CORRIDA E PINTURA ACRÍLICA	75,26
		423	CHUVEIRO DUCHA CROMADO	0
		TOTAL		75,26
		BDI(20%)		15,05
		TOTAL GERAL		90,31

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.37		2.2	ALVENARIA	971,55
		7.7	AZULEJO	821,87
		10.10	CONTRAPISO	443,85
		15.15	PISO RÚSTICO	512,78
		TOTAL		2750,05
		BDI(20%)		550,01
		TOTAL GERAL		3300,06

2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Xx/xx)

90. Basicamente, os responsáveis alegam que não foram considerados determinados elementos durante os levantamentos executados pela comissão de tomada de contas ou juntam aos autos planilha/declaração com o detalhamento de serviços executados pela empresa AJL a título de reparação dos prejuízos detectados.

3. Análise TCDF

91. Estranha-se o registro de diversas omissões nesta fase processual, já que foi oportunizado a ambos os responsáveis, após as constatações verificadas pela comissão de TCE, a realização, juntamente com essa comissão, de uma nova vistoria nos locais em que foram identificadas irregularidades. Essa nova vistoria não foi realizada, portanto, esses pontos não foram elididos.

92. Cabe destacar que muitas das justificativas apresentadas pelos responsáveis foram acatadas pela comissão de TCE, inclusive com a exclusão de irregularidades detectadas.

93. Assim, considerando que, neste momento, proceder novos levantamentos seria infrutífero, tendo em vista o lapso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

temporal de mais 16 anos, opta-se por considerar válidas as constatações registradas pela comissão de TCE para os serviços desse tópico, já que foi concedido a ambas as partes a oportunidade de questioná-las.

94. Com relação aos serviços executados pela empresa AJL com a finalidade de reparar os prejuízos, esses foram objeto de análise no tópico “II.c. Serviços Executados a título de reparação”.

xiv. OS 169.14 (fls. 3028 do Processo nº 082.000.691/98), OS 78.10 (fls. 3045 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.03 (fls. 3060 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.08 (fls. 3031 do Processo nº 082.000.691/98)

1. Irregularidade

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.14	1540/1546	19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	305,9
		TOTAL		305,9
		BDI(20%)		61,18
		TOTAL GERAL		367,08

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.1	2103/2107	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	1368,75
		TOTAL		1368,75
		BDI(20%)		273,75
		TOTAL GERAL		1642,5

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.03	2242/2247	8.21	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO	2.210
		13.1, 13.3 e 13.5	RETIRADA/ REPOSIÇÃO DE VIDROS	1.053,77
		9.5.5	ESQUADRIAS	3.030,72
		TOTAL		6.294,49
		BDI(20%)		1258,90
		TOTAL GERAL		7553,39

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.08	2279/2286	10.18	FORRO DE PVC	576,45
		TOTAL		576,45
		BDI(20%)		115,29
		TOTAL GERAL		691,74

2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Indicadas na tabela à fl. 576)

95. Para essas ordens de serviços, a empresa AJL ora apresentou declarações de servidores que afirmam a execução dos serviços, ora juntou planilha de compensação pretérita ao recebimento definitivo, ambos relativos aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

serviços questionados.

96. Já o Sr. Ademar, nas suas considerações, partiu para a indicação dos pontos que foram omitidos pela comissão de TCE, juntando também aos autos planilha de compensação de serviços realizados antes do recebimento definitivo.

95. Para essas ordens de serviços, a empresa AJL ora apresentou declarações de servidores que afirmam a execução dos serviços, ora juntou planilha de compensação pretérita ao recebimento definitivo, ambos relativos aos serviços questionados.

96. Já o Sr. Ademar, nas suas considerações, partiu para a indicação dos pontos que foram omitidos pela comissão de TCE, juntando também aos autos planilha de compensação de serviços realizados antes do recebimento definitivo.

3. Análise TCDF

97. Diferentemente do ocorrido no tópico anterior, as omissões apontadas pela fiscalização foram levantadas pela comissão de TCE e registradas na declaração de vistoria como dúvidas quanto ao seu escopo estar ou não contemplado na ordem de serviço.

98. Além disso, a planilha juntada aos autos pela fiscalização e pela empresa AJL indicou quantidades não executadas compatíveis com as diferenças levantadas pela comissão de TCE.

99. Assim, considerando que essa fase processual busca apurar os valores de forma inequívoca imputados aos responsáveis, julgam-se superados os achados levantados nessas ordens de serviço.

100. O resumo do prejuízo, incluído BDI, para os itens desse tópico é detalhado na tabela a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2418,73
169.02	2071
169.09	6303,6
24.37	3300,06
022.9	552,4
022.2	1593,38
24.19	2059,2
24.39	2382,14
24.27	581,96
24.23	3487,56
24.11	1281,12
78.14	428,36
22.18	6816,00
169.2	740,77
24.4	8100,27
169.01	1338,43
24.04	2570,33
169.17	4050
24.16	3003,54
24.43	90,31
24.06	880,344
Total	54.049,50

“12. Na esteira da metodologia adotada, tratando do terceiro conjunto de ordens de serviço impugnadas na TCE, o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia avaliou a execução de serviços que teriam sido executados pela sociedade empresária contratada, a título, segundo consta, de reparação dos prejuízos apurados.

13. Nesse sentido, a Unidade Técnica ponderou que a execução de obras complementares, nas condições em que se processaram, com o intuito de supostamente recompor os prejuízos detectados, representa prática que pode lesar o erário, na medida em constitui **fuga ao processo licitatório**, já que os serviços supostamente compensados poderiam ser executados em condições mais vantajosas para a Administração.

14. A despeito disso, invocando a economia processual, ao argumento de evitar discussões sobre o tema e tendo em conta o longo tempo decorrido, o NFO sugeriu que, **exclusivamente para o caso sob exame**, sejam levados em conta os serviços registrados sob o rótulo “compensados”, no valor de R\$ **35.135,72**, agregado do BDI aplicável, para permitir o abatimento dessa quantia do montante do prejuízo calculado, sob a égide dos seguintes critérios técnicos:

106. Para tanto, foram adotados os seguintes critérios para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

sua validação: o serviço deve apresentar descrição razoável; conter ateste de suas quantidades; ter correspondente na planilha contratual. As ordens de serviços, que foram objeto de análise quanto à compensação, são as apresentadas a seguir:

OS Avaliadas				
NÚMº da OS	Planilha de compensação	Ateste	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI
169.21	fls 449/450	fls 451	2.677,90	3.213,48
169.19	fls 455	fls. 456 e 261	8.820,00	10.584,00
78.05	fls. 468	fls 265 e 469	1.305,00	1.566,00
169.02	não	fls 337	1.725,83	2.071,00
24.11	fls 462	fls 463	1.342,33	1.610,80
169.09	fls. 410	fls 411 e 248	2.946,80	3.536,16
22.9	fls 404	fls 246	453,80	544,56
24.39	fls 414	fls 414 V e 249	718,47	862,16
24.23	fls 445	fls 446 e 259	3.588,26	4.305,91
169.01	fls 498	fls 334 e 449	1.044,77	1.253,72
24.04	fls 515	fls 516	2.656,40	3.187,68
169.17	fls 525	fls 524 e 351	3.231,78	3.878,14
24.16	fls 534	fls 535 e 354	4.571,88	5.486,26

107. Destaca-se que outras ordens de serviço também foram objeto de compensação. No entanto, como estavam relacionadas às ordens de serviço que não passaram pelo crivo inicial, elas não foram incluídas na análise deste Corpo Técnico.

108. Então, com base nos critérios já citados, verificou-se que as ordens de serviços 78.05 e 22.9 não apresentam o ateste das quantidades executadas, sendo, portanto, considerados nulos os valores de reparação. Para as ordens de serviços 24.23, 24.16, 24.39 e 169.17, embora não tenha culminado na anulação dos valores, detectou-se a necessidade de ajustes cujo detalhamento consta no Papel de Trabalho I.

109. Com isso, constatou-se que o valor total de reparação, considerando o BDI, apurado pelo NFO, a partir da metodologia já explicada, é inferior ao apresentado pelas partes, conforme tabela resumo a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

OS Compensadas						
NÚMº da OS	Prejuízo - com BDI	Prejuízo - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - com BDI
169.21	2.418,73	2.015,61	2.677,90	5.119,90	3.213,48	6.143,88
169.19	4.314,95	3.595,79	8.820,00	8.820,00	10.584,00	10.584,00
78.05	452,40	377,00	1.305,00	-	1.566,00	-
169.02	2.071,00	1.725,83	1.725,83	420,72	2.071,00	504,86
24.11	1.281,12	1.067,60	1.342,33	1.123,19	1.610,80	1.347,83
169.09	6.303,60	5.253,00	2.946,80	2.946,80	3.536,16	3.536,16
22.9	552,40	460,33	453,80	-	544,56	-
24.39	2.382,14	1.985,12	718,47	613,11	862,16	735,73
24.23	4.315,04	3.595,87	3.588,26	3.609,61	4.305,91	4.331,53
169.01	1.338,43	1.115,36	1.044,77	1.044,77	1.253,72	1.253,72
24.04	2.570,33	2.141,94	2.656,40	2.656,40	3.187,68	3.187,68
169.17	4.050,00	3.375,00	3.231,78	2.804,15	3.878,14	3.364,98
24.16	3.003,54	2.502,95	4.571,88	121,13	5.486,26	145,35
TOTAL	35.053,68	29.211,40	35.083,22	29.279,77	42.099,86	35.135,72

110. Ressalta-se que a análise de cada ordem de serviço, pormenorizada, consta no Papel de Trabalho I.

“15. Desse modo, após análise dos argumentos defensivos, o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia fixou o dano remanescente em R\$ **46.171,44**⁹.

16. O **Ministério Público de Contas** está **parcialmente de acordo**, desde já posicionando-se contrário à subtração de valores relativos a serviços supostamente compensados pela sociedade empresária AJL Engenharia e Construção Ltda., a partir da autorização do senhor Diretor de Obras da Secretaria de Estado de Educação, **13 anos** após a contratação, ausente o devido procedimento licitatório e sem lastro contratual formal ou garantias a ele aderentes e despida da competente e ordinária fiscalização, ao arrepio, portanto, do art. 37, XXI, da Constituição Federal¹⁰ e dos artigos 2º, 60 e 67 da Lei de Licitações.

17. Não é lícito à Administração admitir a prestação de serviços nessas condições, sobretudo quando decorrem de solicitação não formalizada pelos particulares interessados (folha 3127, Apenso n.º 082.00.691/1998); tampouco intencionar, com isso, atestar a compensação de valores apurados em sede de Tomada de Contas

⁹ R\$ 27.257,66 (DANO INCONTROVERSO) + R\$ 54.049,50 (DIFERENÇAS QUANTITATIVAS) – R\$ 35.135,72 (SERVIÇOS “COMPENSATÓRIOS”)

¹⁰ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



Especial e representativos de danos que decorrem de relação contratual formal diversa, precedente e vencida em execução e garantias.

18. Trata-se, na verdade, ao esteio do art. 59 da LCC, de **contratação verbal**, portanto **nula**, que, a despeito de admitir, nos termos da lei, indenização do particular, deve ter a execução dos serviços efetivamente comprovada, ao esteio do reconhecimento da dívida pela Administração; incumbindo à sociedade empresária interessada, na hipótese, a adoção das medidas administrativas e judiciais que lhe assegurem o direito pleiteado, apartado do Contrato n.º 115/1998-SEEDF, cujas falhas de execução, não obstante o propósito das Defendentes, não lhes assegura a compensação automática desejada, sob a **aparência de ressarcimento** e, nessas condições, exige o exame da pretensão deduzida, inclusive, sob a ótica da prescrição incidente, boa-fé da contratada, vantajosidade dos preços praticados em face dos valores de mercado e decote do lucro incidente (Decisões n.º 437/2011i, 553/2014ii e 3.716/2016iii)¹¹, análise sem a qual, ad argumentandum tantum, o montante a “compensar” está sendo majorado e o dano a ressarcir indevidamente mitigado.

19. Nesse contexto, no entendimento do **Ministério Público de Contas**, não cabe ao **Tribunal** reconhecer, admitir ou homologar, em sede de Tomada de Contas Especial, acordos informais de compensação realizados pela Administração, **travestidos de ressarcimento**, sob o pretexto de abater dano causado por particulares contratados e decorrentes de execução contratual defeituosa, originária de relação jurídica diversa e encerrada.

20. Assim, o **Parquet** especializado, **inadmitindo a compensação pleiteada**, mas **acolhendo as demais sugestões** do dedicado e competente NFO em relação à liquidação rigorosa e conservadora do dano, entende que o valor a ressarcir deve ser fixado em R\$ **81.307,16**, nos exatos termos do demonstrativo produzido pela Instrução, a saber:

¹¹ Parecer n.º 768/2016-PRCON/PGDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2.418,73
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
169.02	2.071,00
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
169.09	6.303,60
24.37	3.300,06
022.9	552,40
022.2	1.593,38
24.19	2.059,20
24.39	2.382,14
24.27	581,96
24.23	3.487,56
24.11	1.281,12
78.14	428,36
22.18	6.816,00
169.2	740,77
24.4	8.100,27
169.01	1.338,43
24.04	2.570,33
169.17	4.050,00
24.16	3.003,54
24.43	90,31
24.06	880,34
Total	81.307,16

21. Não obstante, em relação à conduta do senhor Ademar Campos Aranha, observo que, além de ter atuado como Executor do Contrato sob exame (folhas 1.448), integrou a Comissão de Recebimento Definitivo (folha 2.552), juntamente com as servidoras Tânia Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena; omitindo-se, portanto, ao lado delas, no exercício de suas competências funcionais e desincumbindo-se, de forma defeituosa, dos encargos que lhe foram impostos, especialmente em face do que dispõe o art. 67 da Lei n.º 8.666/1993¹² c/c art. 13 do Decreto n.º 16.098/1994¹³, à época vigente, e o art. 73 da Lei de Licitações

¹² Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

¹³ Art. 13. Para todos os ajustes, designar-se-á, de forma expressa: [...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



c/c art. 54, §3º, do Decreto n.º 16.098/1993¹⁴.

22. Lembro que a conduta do referido servidor, sob a ótica da culpabilidade, restou negativamente valorada pela Unidade Técnica na Informação n.º 002/2003, produzida no bojo do Processo n.º 2.771/1998, que deu origem à presente Tomada de Contas Especial; quando, naqueles autos, examinando a defesa apresentada a teor do item II da Decisão n.º 1.643/2002¹⁵, fez registrar enfaticamente:

II - o executor, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, que deverá apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante;

[...]

§ 1º O executor de que trata o inciso II deste artigo poderá ser pessoa física ou órgão público, investido dessa função por designação específica.

§ 2º É facultada a indicação de um mesmo executor para mais de um contrato ou convênio.

§ 3º É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II - prestar à unidade setorial de orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III - dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VI - remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;

VII - receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.

§ 4º A supervisão técnica de que trata este artigo consiste no acompanhamento das obras e serviços de engenharia, com o objetivo de assegurar a fiel execução do projeto.

§ 5º A supervisão técnica não abrange os serviços de conservação, manutenção e reforma.

§ 6º Compete à unidade setorial de Orçamento e Finanças de cada Secretaria, ou ao órgão equivalente, apreciar e atestar os reajustes de que trata o inciso II do § 3º deste artigo.

¹⁴ Art. 54. A liquidação da despesa será formalizada no processo de pagamento, mediante despacho do ordenador de despesa, e dará origem à emissão de Nota de Lançamento - NL, ou de programação de desembolso, emitida, por intermédio do SIAFEM/DF, pela unidade responsável pela administração do crédito.

[...]

3º As declarações de recebimento de material ou prestação de serviço serão registradas em campo próprio, na primeira via da Nota de Empenho e na primeira via da documentação fiscal correspondente, devidamente datada e assinada.

¹⁵ O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Relatório de Inspeção nº 012/00, levada a efeito pela 2ª ICE, dos volumes apensos; [...]

II. deliberar, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, pela conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, tendo em vista os prejuízos apurados, decorrentes da amostra utilizada quando da realização da Inspeção, resumidos no quadro de fl. 322, autorizando, desde já, a citação dos Servidores **Adalúcia Tiburtino De Oliveira, Ademar Campos Aranha, Lauro Alves Ferreira Filho e Rui Do Amaral Rodrigues Alves** para, no prazo de trinta dias, apresentarem suas alegações de defesa, pelo fato de emitirem atestados de recebimento de serviços sem a efetiva realização dos mesmos, **tendo em vista a possibilidade de ressarcimento e a aplicação de multa prevista no art. 57, inc. III, da referida Lei;** [...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



120. Os fatos levantados na fiscalização e a própria Defesa deixam evidente que o Sr. ADEMAR CAMPOS ARANHA foi, pelo menos, omissos no dever de acompanhar as obras que estavam sob sua responsabilidade, visto que houve irregularidades desde a realização de vistoria para elaboração das Planilhas Orçamentárias **até a autorização de pagamento: atestou serviços que não foram executados, agiu com desídia, propiciou dano ao Tesouro, praticou fraude nos quantitativos de itens previstos e não executados e deixou fortes evidências de conluio com a Empresa AJL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., devendo, responderem pelos atos praticados.** (Destaquei).

23. A despeito disso, o servidor, naqueles autos, **não restou sancionado** e o processo, após análise dos Embargos de Declaração interpostos pelo MPCDF, foi arquivado ao comando da Decisão n.º 4.699/2007¹⁶, observada a Decisão n.º 5.766/200¹⁷ que, embora tenha dado provimento parcial à pretensão deduzida nos Embargos do **Parquet** especializado, não apreciou o mérito das defesas apresentadas e, na prática, diferiu a análise meritória sobre a aplicação de sanção pecuniária para a Tomada de Contas Especial que ora se examina.

24. Assim, sendo **idênticos os fatos ensejadores** apurados e iguais os efeitos deles decorrentes, nesse e naqueles autos – considerando que o servidor não foi sancionado no bojo do Processo n.º 2.771/1998, portanto afastado o risco de **bis in idem** – o **Ministério Público de Contas**, chamando o feito à ordem e considerando que o responsável esgotou os argumentos defensivos em ambos os processos, sugere ao **e. Plenário**, que, em razão da gravidade da conduta, além de manter a condenação ao ressarcimento solidário do débito, sancione pecuniariamente o servidor com fundamento no art. 56 da Lei Complementar n.º 1/1994.

25. Quanto ao exame das defesas apresentadas pelas senhoras Tânia Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, a cargo da 1ª Divisão de Contas, a Unidade Técnica, foi

¹⁶ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação nº 014/07, da 2ª Inspeção de Controle Externo, e demais documentos acostados ao feito nesta etapa processual; II - autorizar o arquivamento dos autos.

¹⁷ O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a sugestão do Inspetor da 2ª ICE, decidiu: 1) **dar parcial provimento aos embargos para esclarecer que o item III da Decisão nº 3927/03, reformulando sua redação no sentido de determinar que a Secretaria de Educação instaure processo de TCE para apuração dos fatos, indicação de responsáveis e quantificação do dano, restando prejudicada a conversão efetuada pelo item II da Decisão nº 1643/02, em face dos argumentos trazidos pelos defendentes, que revelam a necessidade de aprofundamento nas apurações, o que torna imprescindível a realização de TCE;** 2) excluir de responsabilidade Iris Cezar Hendges de Barros, por não ter participado da elaboração da Planilha de Orçamento Estimado – POE (item IV da Decisão nº 1643/02); 3) manter, em seus termos, os demais itens da Decisão nº 3927/03.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

aportado nos termos da Informação 228/2016-SECONT/1ªDICONTE (folhas 617 a 625). Por entender que a síntese produzida representa, com fidedignidade, a tese defensiva, reproduzo, in verbis:

[...]

12. *As senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, após apresentarem, fls. 384/388, uma narrativa do que entenderam constituir a descrição dos fatos que desaguaram nas imputações de responsabilidades aqui debatidas, adentram o mérito de suas razões de defesa a partir da fl. 388.*

13. *Nesse ponto, inauguram as defendentes seus arrazoados evocando possível malferimento do direito ao contraditório e à ampla defesa, com o quê postulam a nulidade do procedimento, cravando suas premissas nas prescrições do art. 5.º, inciso LV, da Carta Magna.*

14. *Para tanto, apontam o lapso temporal transcorrido observado entre o início das apurações e a oitiva dos interessados, ponderando, fl. 389, que “(...) transcorrido tanto tempo, não há mais registros físicos ou memoriais que possibilitem às Defendentes aferirem se efetivamente este ou aquele serviço foi executado, em que condições teriam sido recebidos e de que forma se dera o correspondente pagamento”.*

15. *Fundadas nessas considerações, questionam a ausência de manifestações oportunas delas, a inviabilidade de se comprovar se seriam elas as autoras de documentos outrora produzidos e a adequação de verificações realizadas em tempo pretérito, indagando se os achados da Auditoria seriam pertinentes.*

16. *Argumentam que o “(...) contraditório e a ampla defesa não são institutos de natureza retórica, de existência puramente formal, para cumprir uma simples exigência de forma. O contraditório e a ampla defesa existem justamente para evitar que possam ocorrer questionamentos desprovidos de fundamento como os que, a título simplesmente ilustrativo, diga-se, deu-se notícia nestes autos”.*

17. *E acrescentam, fl. 389:*

‘24. Parece às Defendentes que ainda se discute se tal canteiro ou se tal barracão de obras foi instalado; se houve ou não a colocação de determinado modelo de torneira ou se ele foi substituído por outro; ou se o zarcão previsto na ordem de serviço foi realmente aplicado; coisas estas que, hoje, jamais poderão ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

aferidas com a indispensável segurança, tanto técnica como jurídica’.

18. Pontuam, fls. 389/390, que deveriam ter sido ouvidas, ao menos, em três procedimentos: i) aquele da auditoria inicial; ii) aquele em que se deliberou pela instauração da TCE; iii) o de julgamento da TCE, ‘(...) no qual, em boa hora, finalmente resolveu-se dar cumprimento ao essencial e universal preceito insculpido em nossa Constituição Federal’.

19. Reclamam, fl. 390, por não haverem sido citadas em momento anterior, para apresentação de justificativas quanto à execução do Contrato n.º 115/98-FEDF, no qual não houvera, defendem, “(...) qualquer resquício de locupletação ou favorecimento em benefício pessoal ou de quem quer que seja, pois os eventuais problemas seriam decorrentes de sobrecarga de trabalho e do excessivo número de contratos de obras, manutenção e serviços postos sob a fiscalização dos executores da Secretaria de Educação, tudo isso aliado à escassez de profissionais capacitados para tais atividades nos quadros da Secretaria”.

20. À fl. 390 as defendentes evocam o princípio da razoabilidade, para realçar as dificuldades antes apontadas em face do número de escolas atendidas e da área de abrangência do ajuste.

21. As interessadas argumentam ser ilógico exigir dos servidores do Poder Executivo distrital, que atuam sem o devido apoio logístico para realizarem inspeções em um universo tão amplo e no nível de detalhamento exigido, ao passo que o próprio Controle Interno, nas instruções de tomadas e prestações de contas anuais, realiza seu trabalho por amostragem. Ressaltam, ademais, fl. 391, que as tarefas de fiscalização não estariam inseridas entre as “competências funcionais de seus cargos”.

22. Asseveram, fl. 391, que a obrigação de receber a obra ou serviço em caráter definitivo era da própria FEDF, por meio de comissão especificamente designada, nos termos da Cláusula Décima Quinta do Contrato n.º 115/98-FEDF, trazendo à colação as disposições dos itens 15.2, 15.3 e 15.4 do ajuste.

23. Acentuam, fls. 391/392, as disposições do art. 69 do Estatuto Licitatório acerca da obrigação da empresa contratada de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as falhas identificadas, argumentando que, “(...) dentre as disposições contratuais pertinentes ao recebimento definitivo do objeto avençado, nenhuma que condicione a realização de pagamentos parciais ou o pagamento integral



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

das obras ou serviços contratados à formalização dos recebimentos definitivos”, com o quê defendem o afastamento de qualquer obrigação de “(...) ressarcimento ao erário por responsabilidade solidária em face do suposto dano derivado da execução” do ajuste.

24. *À fl. 392 demonstram as interessadas que, nos termos contratuais, o prazo para recebimento definitivo das obras seria de 90 dias corridos após o recebimento provisório, ao passo que o pagamento, também por imposição das condições ajustadas, deveria ocorrer em até 10 dias úteis a contar da entrega da nota fiscal.*

25. *Assim, fl. 393, as defendentes apontam que “(...) não existe nenhuma Cláusula contratual ou qualquer outra disposição no instrumento em que se pactuou a celebração do Contrato Administrativo nº 115/98-FEDF, que vincule o pagamento das obras e serviços contratados ao recebimento definitivo dessas obras ou serviços, sendo, portanto, desprovida de qualquer base técnica, jurídica ou administrativa a imputação de responsabilidade às Defendentes, ainda que solidária”.*

26. *Prosseguem, fl. 393, esclarecendo que o “(...) recebimento definitivo das obras ou serviços contratados dava-se em bloco, pelo conjunto de unidades escolares especificado em Ordens de Serviço expressamente emitidas pela FEDF para tal fim”, salientando que referido recebimento poderia consumir meses, “(...) dada a plêiade de escolas alcançadas pelo Contrato nº 115/98-FEDF e suas localizações dispersas, ou seja, em todo o perímetro urbano e rural das Regiões Administrativas de Taguatinga e Brazlândia”.*

27. *Acrescentam, fls. 393/394:*

“37. Disto isto, não seria temerário afirmar que, se algum dano houve ao erário distrital em face da execução do Contrato Administrativo nº 115/98-FEDF o seu principal causador teria sido aquele ou aqueles que sistematicamente se recusaram a aceitar ou considerar as várias proposições de conserto ou realização de serviços alternativos em substituição àqueles que supostamente não teriam sido executados”.

28. *Arrematam, fl. 394, que não somente era possível, mas obrigatória, a correção de falhas pela contratada, indicando as disposições do art. 69 da Lei nº 8.666/1993 e da Cláusula Sexta do contrato.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



29. Às fls. 394/395 arrematam suas razões de defesa, revisitando os argumentos estruturados no corpo do documento e demandando, ao final, o afastamento da indicação de responsabilidade que lhes foi indicada nos autos.
26. O Corpo Técnico, de pronto, **rechaçou os argumentos que alardeiam o embaraço aos princípios da ampla defesa e do contraditório**, considerando que atual fase processual visa, precisamente, prestigiá-los, o que a Instrução assegura que as próprias Defendentes reconhecem no item III, folha 390.
27. Asseverou que os pronunciamentos, tanto da comissão tomadora, quanto do Controle Interno, não vinculam a atuação da **Corte de Contas**, que detém competência e autonomia para, diante do juízo de valor exercido pelo **e. Plenário** acerca dos fatos trazidos ao Controle Externo, dar início, ou não, à fase externa da Tomada de Contas Especial, a fim de propiciar o exercício da ampla defesa.
28. A despeito disso, pondera que são robustos os argumentos formulados pelas Defendentes que registram o extenso lapso temporal decorrido desde a execução dos serviços objeto do Contrato n° **115/98-FEDF** – entre 1998 e 2000 – e o chamamento das responsáveis aos autos.
29. Considera ser de conhecimento geral a situação precária dos próprios públicos no Brasil, salientando que é comum a depredação pelos Administrados, ocorrência de furtos, pichações ou destruição pura e simples.
30. Entende que tal circunstância afeta à realidade cultural brasileira e, agregada ao longo tempo decorrido, corroboraria a tese engendrada pelas defendentes de que resta materialmente impossível, do ponto de vista técnico e jurídico, chegar-se a uma quantificação fidedigna do eventual prejuízo decorrente da execução do ajuste em tela.
31. Apesar disso, entende que o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, por meio da Nota Técnica n.º **11/2016-NFO**, **levando em conta esta peculiar circunstância**, tratou a quantificação do dano em termos de juízo conservador sobre as questões apontadas, afastando, por exemplo, as irregularidades sustentadas exclusivamente em depoimentos.
32. Assim, assegura que o trabalho técnico, a despeito do tempo decorrido, valeu-se de premissas e critérios conservadores para quantificação do prejuízo, cujo valor restou consideravelmente reduzido se comparado com o montante originalmente apontado.
33. Desse modo, diante dos critérios que nortearam a análise do NFO, mormente a postura conservadora realçada, entende que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1

Fls.:

Proc.:43.240/06

Rubrica

não devem prosperar as alegações de defesa no que toca à inviabilidade de quantificação do prejuízo em face do tempo decorrido.

34. *Nessa linha de raciocínio, considera que não acode às interessadas a alegação de que os pagamentos eram independentes das formalidades relacionadas com o recebimento definitivo dos serviços/obras.*

35. *Destaca que as próprias Defendentes, em sua peça de defesa, salientam que, tanto por força de disposição legal, quanto de cláusula contratual, a contratada era obrigada a providenciar os ajustes e correções decorrentes das falhas que lhe eram demonstradas. Por esse motivo assegura que foi arrolado como corresponsável o executor técnico do ajuste, haja vista sua proximidade com a execução dos serviços e, portanto, a possibilidade de solucionar os problemas, na medida em que eram detectados.*

36. *Por outro lado, entende que, se a comissão de recebimento definitivo houvesse levado a termo suas incumbências, relatando as falhas e se recusando ao recebimento enquanto não fossem solucionados os problemas, a empresa contratada, independentemente do momento em que recebeu os pagamentos, deveria ter sido instada à correção das deficiências.*

37. *Assim, considera que a ausência de pronunciamento criterioso da Comissão de Recebimento Definitivo, integrada pelas Defendentes, embaraçou o saneamento tempestivo e adequado das impropriedades detectadas, o que respalda, no seu entendimento, a indicação da responsabilidade solidária a elas atribuída, juntamente com os demais arrolados; **devendo ser integralmente rejeitada a tese defensiva.***

38. **O Ministério Público de Contas aquiesce integralmente, com acréscimos.**

39. *Não há de se falar em embaraço ou supressão dos direitos de defesa e do contraditório. A conduta omissiva das Defendentes restou levantada a partir do Relatório de Auditoria n.º 13/2013–CONTROLADORIA (folhas 3.277 a 3.289, Apenso n.º 082.000.691/1998), considerando o descumprimento da obrigação legal da Comissão de Recebimento, conforme art. 73, I, “b”, da Lei n.º 8.666/1993¹⁸ e a teor do princípio da verdade material; fundamentos corroborados, na fase externa, pela Unidade Técnica*

¹⁸ Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

[...]

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



por meio da Informação n.º **191/2013-SECONT/1ªDICONT**, dando azo à regular citação e, a partir daí, manifestação da defesa ora examinada, o que induz a **improcedência dos argumentos defensivos nesse particular**.

40. É incontestado o longo período decorrido desde as ocorrências irregulares. Quanto a isso, atuou com incontroverso desvelo técnico e cautela o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do **Tribunal** para quantificação dos danos, de modo que **assiste razão** ao Corpo Técnico quando considera que tal variável foi devidamente sopesada pela Unidade Técnica, considerando improcedentes os argumentos das Defendentes acerca dessa questão.

41. A despeito disso, a manifestação do **MPCDF** no que toca à indevida compensação admitida pelo NFO não altera esse entendimento, de forma que o **Parquet** especializado **está de acordo** com a Instrução e, com a ressalva que agreguei, considera adequados, razoáveis e pertinentes os parâmetros técnicos adotados para quantificação dos danos.

42. Do mesmo modo, entendo que os fatos, de **per se**, demonstram que a Comissão de Recebimento Definitivo falhou no exercício de suas competências legais, a teor do art. 73 da LCC c/c art. 54, §3º, do Decreto n.º 16.098/1993¹⁹, deixando de apontar as irregularidades que, dando azo à liquidação irregular da despesa, implicaram danos ao erário.

43. Assim, pelas mesmas razões, o **MPCDF** entende que as Defendentes, além de ressarcir solidariamente o débito, devem ser sancionadas nos termos do art. 56 da Lei Complementar n.º 1/1994.

44. Em face do exposto, o **Ministério Público de Contas**, **parcialmente** de acordo com o zeloso Corpo Técnico, **com acréscimos**, sugere:

— tome conhecimento das razões de defesa formuladas:

a) pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., fls. 226 a 278 e complemento de fls. 291 a 362, e pelo senhor Ademar Campos Aranha, fls. 401 a 554, para, no mérito, considerá-las **parcialmente procedentes**, mas **insuficientes** para afastar o valor original do débito que, no entendimento do **MPCDF**, é de R\$

¹⁹ Art. 54. A liquidação da despesa será formalizada no processo de pagamento, mediante despacho do ordenador de despesa, e dará origem à emissão de Nota de Lançamento - NL, ou de programação de desembolso, emitida, por intermédio do SIAFEM/DF, pela unidade responsável pela administração do crédito.

[...]

^{3º} As declarações de recebimento de material ou prestação de serviço serão registradas em campo próprio, na primeira via da Nota de Empenho e na primeira via da documentação fiscal correspondente, devidamente datada e assinada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



81.307,16 (folha 610);

*b) pelo senhor Ademar Campos Aranha à folhas 401 a 554 e pelas senhoras Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, folhas 383 a 395, considerando-as, no mérito, **improcedentes** para elidir os fatos debatidos nos autos;*

*II – cientifique os responsáveis indicados nas alíneas do item anterior acerca da decisão que vier a ser tomada e sobre a necessidade de, em 30 (trinta) dias, recolherem o valor do débito **solidário** que lhes foi imputado na presente TCE, apontado à folha 610 dos autos, corrigidos monetariamente nos termos da LC n.º 435/2001;*

III – concomitantemente, em face da gravidade de suas condutas, aplique aos responsáveis nominados na alínea “b” do item I, a sanção pecuniária de que trata o art. 56 da Lei Complementar n.º 1/1994;

III - autorize o retorno dos autos à SECONT para a adoção das providências pertinentes.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



VOTO

13. Nesta fase examinam-se as razões de defesa apresentadas, em atenção à Decisão nº 5.217/13-CPM (fl. 218), para esclarecer possível irregularidade no faturamento, pagamento e recebimento de obras referentes ao Contrato nº 115/98, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., fato que teria ocasionado um potencial prejuízo de **R\$ 154.497,73** (valor original, fl. 3237 do processo apenso, que atualizado até 29.7.2013 perfazia R\$ 345.625,23, quantia essa constante da deliberação).

14. Dada a complexidade e a tecnicidade da matéria, os autos foram encaminhados ao Núcleo de Fiscalização de Obras – NFO que, após analisar todos os elementos, concluiu pela ocorrência de um **dano de R\$ 81.307,16** (valor original). O **débito** apontado, no entanto, foi de **R\$ 46.171,44** (valor original), tendo em vista que a referida empresa prestou serviços, com autorização do órgão público, à título de “*compensação*”, sem qualquer contrapartida (R\$ 35.135,72²).

15. O Corpo Técnico aquiesceu as considerações do NFO e sugeriu a cientificação da empresa, do Sr. Ademar Campos Aranha (Executor do Contrato nº 115/98) e das Sr^{as}. Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena (membros da Comissão de Recebimento Definitivo) para recolherem, solidariamente, o débito de R\$ 46.171,44, uma vez que as alegações oferecidas não comprovaram a regularidade integral dos serviços prestados em decorrência do Contrato nº 115/98.

16. O Ministério Público diverge da Unidade Técnica quanto à possibilidade de dedução do valor do prejuízo, por ausência de previsão legal. Desta forma, no seu entender, o débito a ser ressarcido perfaz a quantia de R\$ 81.307,16 (valor original). Outrossim, propõe a aplicação aos responsáveis da sanção prevista no art. 56 da Lei Complementar nº 1/94.

17. Assiste razão à Instrução.

18. Apesar do longo período entre a realização das obras e este julgamento pelo Tribunal, verifica-se que a matéria foi examinada com a devida cautela. O Núcleo de Fiscalização de Obras – NFO adotou critérios conservadores para a quantificação do prejuízo, o que culminou na redução

² R\$ 35.135,72, valor referente a serviços compensados pela AJL Engenharia e Construção Ltda., a partir da autorização do Sr. Diretor de Obras da Secretaria de Estado de Educação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



de mais de 70% do valor pelo qual os responsáveis foram citados.

19. Decompondo o montante indicado pelo zeloso NFO é possível constatar que:

i) **R\$ 27.257,66** foram considerados como “*incontroversos*”, uma vez que não houve qualquer questionamento (no sentido de elidir o prejuízo imputado) pelos defendentes;

ii) **R\$ 54.049,50** referem-se à soma das diferenças quantitativas identificadas pela Unidade Instrutiva; e

iii) **R\$ 35.135,72** devem ser descontados de eventual débito a ser imputado pelo Tribunal, uma vez que se referem a “*serviços compensatórios*” realizados pela AJL Engenharia e Construção Ltda. à Secretaria de Estado de Educação, com autorização do então Diretor de Obras.

20. Ao cotejar a Informação do NFO com a documentação apresentada pelos defendentes, observa-se que a sistemática de custos utilizada encontra-se adequadamente fundamentada, razão pela qual as sugestões contidas na Instrução devem prevalecer.

21. No tocante à divergência apresentada pelo Órgão Ministerial, não se mostra razoável ignorar os “*serviços compensatórios*” realizados pela empresa contratada com anuência do então Diretor de Obras da Secretaria de Estado de Educação, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública. A efetiva prestação e a ausência de remuneração pelo poder público é incontroversa, sendo o desconto justo e correto.

22. Por fim, não deve prevalecer a sugestão de imposição de multa aos responsáveis, pois a recomposição do erário é medida suficiente ao caso em apreço. Ademais, o tempo transcorrido do fato ao julgamento retira desta punição o seu caráter pedagógico.

Com esses esclarecimentos, em harmonia com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de defesa apresentadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S1



a) pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. (fls. 226/278 e complemento de fls. 291/362) e pelo Sr. Ademar Campos Aranha (fls. 401/554), para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes mas insuficientes para afastar o prejuízo evidenciado à fl. 614 dos autos;

b) pelas Sr^{as}. Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena (fls. 383/395), considerando-as, no mérito, improcedentes para elidir os fatos debatidos nos autos;

II. ciente, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis indicados no inciso anterior para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham aos cofres distritais, em solidariedade, o débito de R\$ 46.171,44 (valor original), que deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, na forma da ER nº 13/13, em razão de irregularidades no faturamento, pagamento e recebimento de obras referentes ao Contrato nº 115/98, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).
